

# Uso e alterações socioambientais no território quilombola da Vila do Cacau, Colares-PA

Larissa dos Santos Cardoso  
Rafaela do Nascimento de Souza  
Viviane Corrêa Santos

LARISSA DOS SANTOS CARDOSO  
RAFAELA DO NASCIMENTO DE SOUZA  
VIVIANE CORRÊA SANTOS

**USO E ALTERAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO  
QUILOMBOLA DA VILA DO CACAU, COLARES-PA**

 editora  
**itacaiúnas**

**2019**

Capa e editoração eletrônica  
Editora Itacaiúnas

Editor de publicações  
Walter Luiz Jardim Rodrigues

Conselho editorial Editora Itacaiúnas

Colaboradores:

Bruno Nunes Batista (IFC)  
Jenaldo Alves de Araújo (ULBRA)  
André Luiz de Oliveira Brum (UNIR)  
Josimar dos Santos Medeiros (UEPB)  
Wildoberto Batista Gurgel (UFERSA)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

C268u	Cardoso, Larissa dos Santos	
	Uso e alterações socioambientais no território quilombola da Vila do Cacau, Colares-PA [recurso eletrônico] / Larissa dos Santos Cardoso, Rafaela do Nascimento de Souza, Viviane Corrêa Santos. - Ananindeua, PA : Itacaiúnas, 2019. 82 p. : il.	
	Inclui bibliografia e índice. ISBN: 978-85-9535-136-3 (Ebook)	
	1. Geografia. 2. Território. 3. Comunidades quilombolas. I. Souza, Rafaela do Nascimento de. II. Santos, Viviane Corrêa. III. Título.	
2019-1321	DOI 10.29327/5.2454	CDD 910 CDU 91

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Geografia 910
2. Geografia 91

O conteúdo desta obra, inclusive sua revisão ortográfica e gramatical, bem como os dados apresentados, são de responsabilidade de seus respectivos autores, detentores dos Direitos

Autorais.

Esta obra foi publicada pela Editora Itacaiúnas em março de 2019.

# Uso e alterações socioambientais no território quilombola da Vila do Cacau, Colares-PA

Larissa dos Santos Cardoso

Rafaela do Nascimento de Souza

Viviane Corrêa Santos

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>1 A PAISAGEM E SUAS TRANSFORMAÇÕES EM COMUNIDADES TRADICIONAIS.....</b>	<b>9</b>
<b>1.1 Paisagem e as unidades de paisagem .....</b>	<b>9</b>
<b>1.2 Paisagem e impactos socioambientais.....</b>	<b>12</b>
<b>1.3 Usos e transformações da paisagem em comunidades tradicionais .....</b>	<b>14</b>
<b>1.4 GTP: Geossistema, Território e Paisagem .....</b>	<b>16</b>
<b>2 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DA VILA DO CACAU .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1 Localização do recorte espacial de estudo.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 Breve histórico da Comunidade Quilombola do Cacau.....</b>	<b>20</b>
<b>2.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa .....</b>	<b>23</b>
<b>2.4 Aspectos fisiográficos das Unidades de Paisagem da comunidade Vila do Cacau .....</b>	<b>27</b>
<b>2.5 Aplicação do GTP a partir da análise do uso e ocupação do solo da Vila do Cacau .....</b>	<b>40</b>
<b>2.5.1 Manguezal.....</b>	<b>40</b>
<b>2.5.2 Terra firme .....</b>	<b>47</b>
<b>2.5.3 Campos.....</b>	<b>58</b>
<b>3 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: A RELEVÂNCIA DA EXISTÊNCIA E EFETIVAÇÃO DE POLITICAS PÚBLICAS EM ÁREAS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS.....</b>	<b>64</b>
<b>3.1 Impactos socioambientais a partir dos usos dos recursos naturais no manguezal, terra firme e campos.....</b>	<b>64</b>

<b>3.2 O ontem e hoje das políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais: a experiência da comunidade Vila do Cacau. ....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>73</b>

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho se constitui em um estudo sobre os impactos socioambientais nas diferentes paisagens da Comunidade Quilombola do Cacau, no município de Colares/PA, em detrimento dos usos e ocupação do solo da mesma.

Essa área, conhecida como Comunidade Quilombola do Cacau, apresenta uma peculiaridade por comportar três importantes ecossistemas: os manguezais, a terra firme e os campos, dos quais retiram recursos que são utilizados para a sua sobrevivência a comercialização em pequena escala.

Essa prática é antiga e se perpetua por gerações numa escala de tempo e espaço. Ressaltando, nesse sentido, as transformações na paisagem, como o desmatamento na terra firme para a plantio de roças; a derrubada de árvores no manguezal para a construção de currais, lenha para fabricação do carvão, e ainda, seu aterramento objetivando a abertura de uma estrada ligando o porto da Vila até a terra firme.

Nestes termos, a temática dos impactos socioambientais nas diferentes paisagens, demonstra importância para a ciência geográfica, pois permite avaliar quais fatores oriundos da interação dos grupos sociais e o meio ambiente reconfiguram a paisagem, isto é, enfatizar o envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento dos processos referentes à problemática ambiental atualmente como o desmatamento, a queimada e o aterramento. Essas ações provocam danos irreversíveis ligados aos fatores bióticos e abióticos das unidades de paisagens analisadas e também implica na permanência dos remanescentes quilombolas no território tradicional (MENDONÇA, 2001).

O trabalho em questão objetiva analisar os impactos socioambientais a partir dos usos do território nas unidades de paisagens da comunidade quilombola da Vila do Cacau. E tem-se como primeiro objetivo caracterizar os aspectos fisiográficos das unidades de paisagem: manguezal, terra firme e campos. Já no segundo objetivo, identificar os usos e a ocupação do solo dessas unidades que integram o geossistema da comunidade e no terceiro reconhecer a relação dos usos do território com os impactos socioambientais nas diferentes paisagens da Vila do Cacau.

Para a construção desta pesquisa, vale dizer que a escolha da área de estudo surgiu após a realização de um trabalho de campo complementar durante o curso de geografia na comunidade, no ano de 2013, além da escassez de escritos sobre comunidades quilombolas na Amazônia, em especial no município de Colares.

Este estudo, em nível de estruturação, está subdividida em três capítulos, de forma que o primeiro “A PAISAGEM E SUAS TRANSFORMAÇÕES EM COMUNIDADES TRADICIONAIS” versa sobre a paisagem e suas transformações em comunidades tradicionais, discutindo a categoria paisagem em três principais conceitos: unidades de paisagem; impactos ambientais; usos e comunidades tradicionais.

No segundo capítulo “CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DA VILA DO CACAU”, apresenta a caracterização da área de estudo, sendo abordado o contexto histórico da comunidade, identificando os aspectos fisiográficos das unidades de paisagem: manguezal, terra firme e campos, e analisando os usos e a ocupação do solo nessas unidades.

O terceiro capítulo “IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: A RELEVÂNCIA DA EXISTÊNCIA E EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ÁREAS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS” analisa os impactos ambientais e a relevância da existência e efetivação das políticas públicas em áreas de comunidades tradicionais, mostrando a exploração e a degradação por parte dos usos que são desenvolvidos em cada unidade, pelos atuais moradores e remanescente da comunidade. Salienta-se alguns projetos que foram implementados na Vila e a ineficácia de políticas públicas que não atendem as leis que são asseguradas a essas comunidades tradicionais quilombolas.

Por fim, apresentamos as considerações finais, reforçando as transformações da paisagem, focando os usos e os impactos socioambientais da área estudada, conforme a discussão acerca da relação homem – natureza.

# 1 A PAISAGEM E SUAS TRANSFORMAÇÕES EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

## 1.1 Paisagem e as unidades de paisagem

Durante anos, a categoria paisagem teve diferentes conceituações nas inúmeras correntes epistemológicas da Geografia, com abordagens que expressavam uma complexidade de variações e de conceitos pautados no contexto histórico e cultural de cada época. Segundo Brito e Ferreira (2011, p. 01) “a paisagem adquiriu um caráter polissêmico, variável entre as múltiplas abordagens geográficas adotadas e dependente das influências culturais e discursivas entre os geógrafos”.

A paisagem ganha relevância na Geografia Tradicional entre 1870-1950 e é por meio do conceito de paisagem que inicia um debate sobre o objeto da ciência geográfica, assim como, o conceito de região, pois é um marco para a consolidação da geografia em meio às demais ciências (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2008).

*A priori*, segundo Pozzo e Vidal (2010), é a partir das grandes expedições realizadas na América entre os séculos XVIII e XIX que originou cientificamente o conceito de paisagem. Haja vista que esse conceito era empregado para designar a natureza pura no século XVIII (Romantismo). Logo, a concepção de paisagem antecede e acompanha a gênese da ciência geográfica.

Destaca-se que a Paisagem, na língua inglesa, advém do termo *Landscape* emanada de *Landscip*, termo surgido no século XVI, em decorrência a organização dos campos. Já *scenary* vem de cenário, panorama. No vocabulário Germânico a paisagem é conhecida como a *Landschaft*, que designa uma unidade de ocupação, surge em holandês a *slanschap*. Essas denominações mostram o termo de paisagem com um sentido espacial (*land*), caracterizado “historicamente sob uma estética-femenológica” (BRITO; FERREIRA, 2011, p. 02), ou seja, uma paisagem que apresenta uma representação de conjuntos de objetos visíveis por meio do próprio sujeito a partir de seus filtros (BRITO; FERREIRA, 2011).

Assim, Brito e Ferreira (2011) nos diz que:

Na geografia, a paisagem adquiriu um caráter multifacetado, combinando formas e cultura, significados e valores. Como apresentado por Vitte (2007, p.72), etimologicamente, o vocábulo *paisagem* surgiu no século XVI, ligado à concepção de país, denotando o sentido de região, território, nação. (BRITO; FERREIRA, 2011, p. 02).

Dessa maneira, a etimologia da paisagem surge da representatividade real da região, do território e nação. Entretanto, para a Geografia, a paisagem obteve uma especificidade ao unir formas, cultura com valores e significados.

Diante disso, com o surgimento da Geografia Humanista e Cultural (1970-1980) ambas baseadas na fenomenologia, na subjetividade, e no existencialismo. O conceito de paisagem é revalorizado, assim como, o conceito de região. O lugar entra como conceito-chave dessa corrente, e o espaço ganha significado de espaço vivido.

Segundo Brito e Ferreira (2011), em 1935 com a natureza sendo abordada por meio da Biologia, a paisagem é relacionada ao conceito de ecossistema, onde a Teoria Geral dos Sistemas<sup>1</sup> era a base para as análises da relação do organismo com o meio.

Nos anos 1960, Victor Sothava parte do conceito de *Landschaft* (paisagem) o qual a conceituava como sinônimo da noção de Geossistema. Sothava ressaltava a interação dos diversos componentes numa abordagem sistêmica, afirmando que a Geografia Física tinha a necessidade de ter uma análise onde as transformações antrópicas estivessem incluídas no meio natural. Para ele, a paisagem era considerada “como uma formação sistêmica, formada por cinco tributos sistêmicos: estrutura, funcionamento, dinâmica, evolução e informação” (RODRIGUEZ; SILVA, 2002, p. 96).

Segundo Freitas (2009), na década 1960 Jean Tricart relacionava a paisagem com a ecogeografia ou geoecologia, considerando que cada paisagem expressava um mosaico de ecossistemas ou de ecótopos. Em relação às noções de geossistemas de Sothava e Bertand, Freitas (2009) resalta que Tricart (1982) tinha uma posição crítica, mas reconhecia alguns objetivos. Assim, Tricart (1982) afirma que:

A ênfase é colocada nas interações entre os diversos componentes e o autor [Sothava] preconiza a abordagem sistêmica. Ele proclama a necessidade da Geografia Física dar uma visão de conjunto do Meio Natural incluindo as modificações que o Homem lhe imprime. A posição metodológica é assim claramente exposta e coincide com a nossa: utilizar a sistêmica, adotada por ecologias, para espacializar a noção de ecossistema, dar-lhes dimensão e localização, o que implica em cartografar-lhes. O conceito de Geossistema é enunciado com esse propósito objetivo (TRICART, 1982, p. 25).

Dessa maneira, a taxonomia dos geossistemas deveria ser composta de várias classes, e organizadas em unidades homogêneas a partir dos níveis inferiores, os quais Tricart (1977) aponta que nenhum desses táxons foi definido com precisão, já que os próprios níveis de classificação não são explicados, complicando a sua compreensão.

Então, na década de 1970, George Bertrand (2007) reutiliza a classificação do Geossistema, classificando a paisagem em seis níveis espaços-temporais: a zona, o domínio e a região; e de outro lado, o geossistema, o geofácies e o geótopo. Esses seis níveis se dividem em unidades superiores e unidades inferiores da paisagem.

Segundo Rosolém e Archela (2010, p. 5),

as unidades superiores são definidas como zona, que é reservado aos conjuntos de primeira grandeza, definidos primeiramente pelo clima e biomas; como domínio, conjunto de segunda grandeza; e a região natural, denominadas de terceira e quarta grandeza (ROSOLÉM; ARCHELA, 2010, p. 5).

A outra parte compreende as unidades inferiores, composta pelos elementos inferiores à região natural. De inúmeras tentativas para elencar as unidades inferiores, criaram três novas grandezas: geossistema, geofácies e geótopo. Nesse sentido, Bertrand (2009) expõe:

---

<sup>1</sup> Ela propõe que os sistemas podem ser definidos como conjuntos de elementos com variáveis e características diversas, que mantêm relações entre si e entre o meio ambiente. A análise poderá estar voltada para a estrutura desse sistema, para seu comportamento, para as trocas de energia, limites, ambientes ou parâmetros (GREGORY, 1943 apud RODRIGUES, 2001, p. 72).

Estes termos têm vantagem de não terem sido utilizados, de serem construídos num modelo idêntico e de evocar cada um traço característico da unidade correspondente. Na verdade, geo “sistema” acentua o complexo geográfico e a dinâmica de conjunto; geo “fácies” insiste no aspecto fisionômico e o geo “topo” situa essa unidade no último nível da escala espacial. (BERTRAND, 2009, p. 39).

A unidade inferior geossistema está localizada entre a quarta e a quinta grandeza tempo-espacial. Haja vista que, é nesta escala onde ocorre a maioria dos fenômenos entre os elementos contidos na paisagem e a evolução das combinações dialéticas interessadas ao geógrafo (BERTRAND, 2009). Para Bertrand (2009),

O geossistema corresponde a dados ecológicos relativamente estáveis. Ele resulta da combinação de fatores geomorfológicos (natureza das rochas e dos mantos superficiais, valor do declive, dinâmica das vertentes...), climáticos (precipitações, temperatura...) e hidrológicos (lençóis freáticos epidérmicos e nascentes, PH das águas, tempos de ressecamento do solo...) (BERTRAND, 2009, p. 42).

Nessa mesma perspectiva de conceituação do geossistema, Christofolletti (1999, p. 35) discorre: “os geossistemas correspondem aos sistemas ambientais para as sociedades humanas, sendo constituídos mormente pelos elementos físicos e biológicos da natureza e analisados sob a perspectiva geográfica”. Ressalta-se o fato de haver uma dinâmica intensa interna, o geossistema não exhibe obrigatoriamente uma homogeneidade fisionômica, pois, na maioria das vezes, o geossistema é formado de diferentes paisagens, em diferentes fases.

Por conseguinte, o geofácies corresponde ao campo fisionomicamente homogêneo, responsável por realizar a mesma etapa de evolução geral do geossistema e “representa assim uma pequena malha na cadeia das paisagens que se sucedem no tempo e no espaço no interior de um mesmo geossistema” (BERTRAND, 2009, p. 43).

O geótopo é a menor grandeza tempo-espacial dentro da escala das unidades de paisagem, quase sempre, exibindo fatores distintos do geossistema e da geofácies. Além disso, o geótopo representa o refúgio de biocenoses originais (CHRISTOFOLETTI, 1999).

Segundo Rodriguez e Silva (2002) para cada classificação das paisagens naturais há uma diferenciação de duas categorias de sistematização, os quais são a tipologia e regionalização. A tipologia objetiva “distinguir as unidades pela semelhança e repetição, dependendo de determinados parâmetros de homogeneidade” (RODRIGUEZ; SILVA, 2002, p. 97). Já a regionalização consiste em “determinar as unidades pela sua personalidade e individualidade” (RODRIGUEZ; SILVA, 2002, p. 98). Essa caracterização das paisagens é considerada uma construção hierárquica, e dos sistemas de unidades, ou seja, as unidades de paisagem.

De acordo com Amorim e Oliveira (2008) as unidades de paisagem consistem em uma fragmentação ou compartimentação da paisagem. Cada unidade de paisagem apresenta, principalmente, aspectos físicos relativamente homogêneos, marcados por relações ecológicas e atividades desenvolvidas em um determinado território.

Desta forma, a paisagem sendo um sistema dinâmico, as unidades de paisagem são consideradas, dentro do contexto ecológico, uma base de delimitação, assim os fatores ecológicos (relevo, vegetação, solo, clima, cobertura vegetal) são indicadores em delimitar as

unidades de paisagem (ROSS, 1992). Haja vista que esses indicadores são utilizados na delimitação de cada unidade de paisagem procurando uma homogeneidade dos aspectos físicos.

A busca dessa homogeneidade para a delimitação de unidades de paisagem pode se reduzir aos indicadores ambientais mais importantes. Por exemplo, no estudo sobre a província de Madri (GÓMEZ OREA, op. cit.), a homogeneidade foi estabelecida atendendo, basicamente, a vegetação e as formas de relevo (DALBEM et al., 2005, p. 3432).

Visto que, a delimitação de uma unidade de paisagem não deve ser compreendida somente em si mesma. Pois, cada unidade de paisagem pode fornecer assistência para uma proposição de diversos usos possíveis em cada descontinuidade.

Delimitar setores homogêneos poderia significar uma busca por Unidades de Paisagem, ou seja, procuram-se as “descontinuidades da paisagem” (BERTRAND, op cit.). A Unidade de Paisagem seria definida por uma síntese de numerosas características e justificada pela redundância ou repetição, que fornecem uma relativa homogeneidade do sistema assim constituído (DALBEM et al., 2005, p. 3432).

Nesse sentido, as unidades de paisagem apresentam um sistema taxonômico variado, ou seja, uma complexa fronteira de delimitação (MONTEIRO, 2000), que numa escala de tempo e espaço são determinados pelo funcionamento de seus elementos. Assim, Dalbem et al. (2005) afirmam:

Portanto, as unidades de paisagens não podem ser consideradas como o resultado da simples soma das partes que a constituem, mas sim como uma categoria superior que resulta da interação dinâmica de seus componentes (DALBEM et al., 2005, p. 3431).

Além disso, as unidades de paisagem podem ser entendidas pelos aspectos que a compõem e também pelas suas particularidades que as diferenciam de seu entorno, no qual esses aspectos expressam um conjunto dinâmico de vários elementos interligados.

Conforme Amorim e Oliveira (2008), a relação da paisagem com as unidades de paisagem parte da procura das suas descontinuidades juntamente com elementos que as integram, buscando uma proposta holística para os estudos ambientais e, facilitando a desenvolver procedimentos de avaliação das paisagens em sua totalidade e não apenas em fragmentos.

## **1.2 Paisagem e impactos socioambientais**

Embasado no conceito de paisagem, observa-se os impactos socioambientais na paisagem da Comunidade Quilombola do Cacau que cooperou, consideravelmente, para a reconfiguração das diferentes paisagens, com ênfase da terra firme, manguezal e campos.

Nota-se na relação entre o conceito de paisagem e socioambiental a noção de reconfiguração, uma vez que, são influenciadas pela interação dos grupos sociais e o meio ambiente. Visto que, “o termo ‘sócio’ aparece, então, atrelado ao termo ‘ambiental’ para enfatizar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea” (MENDONÇA, 2001, p. 117).

Nesse sentido, expõe Santos (2012):

A relação do conceito de paisagem com o termo socioambiental expressa a ideia de que as transformações na paisagem, por sua vez, influenciam em suas relações entre os grupos sociais e o ambiente que o cerca, refletindo desde seus espaços, até o uso de seus recursos utilizados para sua subsistência, alterando a própria relação entre os sujeitos. (SANTOS, 2012, p. 26).

Ainda segundo Santos (2012), o uso dos recursos naturais para a subsistência alteram a paisagem de forma significativa no meio ambiente. Quando ocorre o uso dos recursos naturais no meio ambiente há uma reação de processos e resíduos que acabam transformando a natureza, assim expõem Silva e Silva (2010):

Quando extrai dela (natureza) as matérias primas necessárias para a sociedade o sistema produtivo devolve uma série de processos e resíduos que acabam por modificar a natureza. Essas modificações acabam por se materializar, seja na estética ou na forma de organização do sistema natural, na paisagem. (SILVA; SILVA, 2010, p. 01).

Ressalta-se, segundo Santos (1996, p. 104), que “a paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual”, pois mediante a paisagem pode-se observar o conjunto de elementos indissociáveis que possibilite compreender a formação histórica do território ao longo do tempo e, desta forma, entender a atual configuração da paisagem (SILVA; SILVA, 2010).

Em contrapartida, Silva e Silva (2010, p. 04) afirmam que “a paisagem não é constituída apenas de formas”, mas as formas são trações visíveis das diversas relações materializadas no território estudado. Deste modo, para apreender as formas é necessário também interpretar as relações que se estabelecem no território (SILVA; SILVA, 2010).

Dentre as relações que se dão no território estão os usos de recursos naturais e os impactos socioambientais estudados nas diferentes paisagens na Vila do Cacau. A partir desse estudo, “busca-se os complexos processos de interação e interdependência existentes na relação homem-natureza” (SILVA; SILVA, 2010, p. 07).

Em função disso, para se analisar uma paisagem não se deve somente partir do visível, todavia entender “a organização do trabalho e dos níveis culturais” (BERTRAND, 2009, p. 223) do recorte espacial estudado. Pois, “cada grupo social vive uma paisagem específica” (BERTRAND, 2009, p. 223).

Além disso, entender a paisagem por meio do lugar é partir também da percepção ambiental de cada grupo social, pois para cada percepção há uma compreensão da relação do indivíduo com o ambiente. Assim, cada grupo social apresenta uma relação topofílica com o lugar que refletem na paisagem, assim “os lugares adquirem quadros específicos, de base topológica sociocultural, frutos das características físicas e culturais próprias de cada lugar” (RIBEIRO, 2012, p. 38).

Do mesmo modo, Ribeiro (2012) destaca também a influência do meio ambiente sobre o comportamento humano em atribuir determinados valores que são encontrados no lugar e, principalmente, são visíveis na paisagem. Nesse sentido, a familiaridade, os sentimentos ao lugar, são pautados em fatos e acontecimentos do passado local, através da correlação de cada indivíduo de um grupo social com o meio, criando raízes locais.

Ribeiro (2012) ainda ressalta que entender a percepção de elementos, sobretudo de um grupo social de um lugar, permite facilitar na construção de interpretações ou suposições e a desenvolver respostas para casos de degradação ambiental.

Desta forma, as relações e as utilizações de um ambiente dependem do tempo de ocupação, ou seja, das intervenções antrópicas que caracterizam o lugar e a paisagem. Assim, sobreleva Ferreira e Mendes (2012, p. 11), “todos os lugares produzidos têm um uso sempre diferenciado, como decorrência do fato de que o processo de produzir/reproduzir espaço é também um ato e apropriação”.

Dessa maneira, com o processo de antropização, o ambiente recebe grandes quantidades de insumos que modificam a paisagem, danificando ou até mesmo alterando as estruturas físicas e químicas dos perfis do solo, assim como da água, causando um impacto socioambiental local. Diante disso, Passos (2013) expõe que “no entanto, há muitos autores para os quais a ‘sensibilidade’ de uma paisagem – também denominada de ‘vulnerabilidade’ ou fragilidade – está relacionada à sua capacidade em suportar (ou não) modificações (PASSOS, 2013, p. 37).

Basta ver que os impactos ambientais ocorrem devido a degradação das diferentes paisagens, que são efetuadas de várias formas diretas e indiretas, intervindo no meio natural, principalmente na dinâmica da paisagem.

Diante disso, Ferreira e Mendes (2012) salientam que a fitofisionomia na paisagem se altera numa escala de tempo-espaço com definições e percepções que partem dos diferentes usos que fazem do ambiente, muitos desses usos somam-se com os novos usos, assim como, as vivências e a topofilia do lugar.

Do mesmo modo, Sachs (1975 apud BERRÍOS, 1988, p. 56) ressalta que toda forma de apropriação da natureza, provoca alterações dos equilíbrios ecológicos, com isso o ambiente torna-se favorável a uma instabilidade ambiental, sendo que “o ambiente é produto da atividade econômica que consome os atributos da natureza.” (BERRÍOS, 1988, p. 56).

Para Braga (1988), toda modificação negativa ou positiva dos aspectos físicos, biológicos, químicos, resultantes de ações humanas sobre o meio ambiente entende-se como impacto ambiental. Ainda, segundo Braga (1988), a maioria dos impactos estão vinculados ao processo de desenvolvimento econômico, esse processo está ligado às várias formas de apropriação do meio ambiente, dentro dessa variabilidade, há a industrialização, a construção civil e, principalmente, a agropecuária.

### **1.3 Usos e transformações da paisagem em comunidades tradicionais**

Segundo Loureiro (1995 apud NASCIMENTO, 2005), para definir uma comunidade tradicional deve-se considerar “o modo de vida, as formas de produção, as técnicas artesanais utilizadas em sua estratégia de sobrevivência” (p. 48). Essas populações se localizam em grandes extensões territoriais com vasta biodiversidade.

Essas populações utilizam os recursos naturais em sua grande maioria para a subsistência. Assim, “o excedente é comercializado, porém há um pequeno acúmulo de capital por parte dos integrantes das comunidades” (SANTOS; SENNA, 2015, p. 6213).

Além disso, Gomes (2005) expõe:

o termo população tradicional deve ser entendido como uma sociedade dinâmica no espaço e tempo, que sofre mudanças, num ritmo diferente das demais, inclusive em seus sistemas de produção, nem sempre baseados, exclusivamente, numa economia doméstica voltada para a subsistência (GOMES, 2005, p. 51).

Haja vista, as populações tradicionais possuem relações econômicas arraigadas com a biodiversidade territorial, devido a dependência com os recursos naturais. Nesse sentido, Santos e Senna (2015, p. 6213) afirmam que “as populações tradicionais têm em suas atividades econômicas uma forte relação com o ecossistema envolvente, mostrando também uma forte relação de dependência com a natureza e os recursos naturais disponíveis”.

Essas comunidades utilizam esse território para a plantação da agricultura familiar, “uma vez que se funda sobre a relação já indicada entre propriedade, trabalho e família” (WANDERLEY, 1999 apud GOMES, 2005, p. 23). A ocupação do território e uso dos recursos naturais é realizada por ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outros variantes de populações tradicionais.

A retirada do recurso natural da floresta é baseada em mão-de-obra familiar, tecnologia de baixo impacto, oriundas dos conhecimentos patrimoniais (ARRUDA, 2000 apud GOMES, 2005).

Para Raffestin (1993, p. 225), o “recurso se refere a uma função, e não a uma coisa ou substância é o meio para se atingir um fim, e à medida que este fim ou objetivo muda, os recursos podem mudar”. Tendo como base o pensamento de Raffestin, onde os recursos podem mudar, dessa forma a paisagem será transformada.

Os principais padrões de transformação da paisagem ocorrem pelos sistemas de cultivos nas diferentes paisagens dos territórios dessas populações tradicionais. Visto que, os sistemas de cultivos são apontados como principais indicadores da transformação da paisagem. Segundo Pereira et al., “sistemas de cultivo e detectados os principais condicionantes da transformação da paisagem para o estabelecimento de sistemas agrícolas” (s.d, p. 09). Esses sistemas de cultivos objetivam atender a economia doméstica e em menor escala a comercial. Pois, as formas de uso do território implicam na conservação dos ecossistemas locais. Afinal, os usos realizados pelos nativos das comunidades tradicionais Amazônicas alteram a paisagem, “fatores como padrões de ocupação espacial, estratégias e percepções locais de uso dos recursos” (PEREIRA et al., s.d, p. 10).

Haja vista que desde o processo de ocupação do Brasil e, principalmente, da região amazônica, os povos tradicionais foram se estabelecendo em vários ambientes, relacionando-se com o meio ambiente e apropriando-se da natureza a partir dos diversos usos, como o de subsistência (ARRUDA, 1999).

Segundo Fávero (2014) as ocupações nas regiões do Brasil, em especial a Amazônia, sofreram uma forte influência de culturas europeia e africana, ambas fixaram uma nova dinâmica territorial, modificando as paisagens e desenvolvendo a diversidade. Assim, Fávero (2014) ressalta que “as paisagens são moldadas pelas interrelações dos componentes biofísicos da natureza com as ações humanas” (FÁVERO, 2014, p. 4).

Nesse contexto, “é demonstrado como a projeção no tempo e no espaço das relações socioculturais conformam a paisagem” (FÁVERO, 2014, p. 5). Essas interações são derivadas pelos usos que realizam no ambiente envolvente, apresentando uma dependência dos recursos naturais e a natureza.

Segundo Arruda, as comunidades tradicionais “ocupam a região há muito tempo, [...] definindo apenas o local de moradia [...] sendo o restante do território encarado como área de uso comunitário” (2000, p. 274).

Para Nahum e Santos (2013), essas comunidades tradicionais, principalmente na Amazônia, “cultivam, criam, extraem e produzem seus alimentos, vendendo-os na *beira*” (NAHUM; SANTOS, 2013, p. 66). Atividades essas que ressaltam o modo de vida e o costume dessas populações.

Do mesmo modo, os territórios quilombolas utilizam o ambiente “para a garantia de sua reprodução física, social e econômica” (Decreto Federal, nº 4.887/2003, art. 2º, § 2), são terras ocupadas por remanescentes das populações quilombolas que fazem uso da natureza e a transformam repercutindo em diferentes paisagens.

#### 1.4 GTP: Geossistema, Território e Paisagem

Conforme já escrito, as hipóteses formadas nortearam o estudo em uma comunidade tradicional na Amazônia, a categoria quilombola. Todavia, o próprio andamento da pesquisa exigiu um método que pudesse contemplar as questões levantadas acerca da relação homem e natureza na Comunidade Quilombola do Cacau, surgidas ao longo do trabalho.

Dentre as presunções da pesquisa está o dinamismo das unidades de paisagem da Comunidade Quilombola do Cacau, isto é, as transformações da paisagem em decorrência do uso e ocupação do solo no território da comunidade.

Observando a complexidade existente no dinamismo da paisagem se “elaborou uma nova proposta de abordagem” (PISSINATI; ARCHELA, 2009, p. 09). Essa nova proposta foi apresentada no VII Simpósio Nacional de Geografia Física Aplicada, no ano de 1997 realizado em Curitiba/PR, na qual apresentou um método de análise baseado em um sistema tripolar, integrado e interativo: o sistema GTP – Geossistema, Território e Paisagem “proposto desde 1990” (BERTRAND; BERTRAND, 2009, p. 306).

Segundo Bertrand e Bertrand (2007), as três entradas “ou três vias metodológicas que correspondem à trilogia fonte / recurso / aprisionamento e que são baseadas em critérios de antropização, de artificialização e de artialização” (BERTRAND; BERTRAND, 2007 apud PISSINATI; ARCHELA, 2009, p. 09) como se pode visualizar na figura 01.

Figura 01: O Organograma do sistema GTP- Geossistema, Território e Paisagem



Fonte: Adaptado de Bertrand e Bertrand (p. 338, 2009).

A tríade GTP (geossistema, território e paisagem), proposta por Bertrand e Bertrand, permite interpretações integradas de três abordagens geográficas com o intuito de:

Relançar a pesquisa ambiental sobre bases multidimensionais, no tempo e no espaço, quer seja no quadro de disciplinas ou mesmo em formas de construção da interdisciplinaridade. Sua vocação primeira é favorecer uma reflexão epistemológica e conceitual e, na medida do possível, desencadear proposições metodológicas (BERTRAND; BERTRAND, 2009, p. 306).

Diante disso, O GTP é um sistema “que associa o geossistema-fonte ao território-recurso e à paisagem-identidade” (BERTRAND; BERTRAND, 2009, p. 306). Para expor a nova proposta metodológica baseada no geossistema, território e paisagem, Bertrand deixa explícito a conceituação de cada eixo abordado no sistema. Ao discorrer sobre o Geossistema, expõe:

É o conceito central e centralizador de uma geografia física em vias de reconstrução. – é um conceito naturalista que põe em evidência a interação entre seus três componentes bióticos, abióticos, antrópico. – é um conceito espacial que define unidades espaciais (...) através de uma entrada horizontal (geótopo, geofácies, geocomplexo, etc) e uma entrada vertical (geohorizonte). – é um conceito temporal e histórico. Ele leva em consideração tanto a evolução (memória do geossistema) quanto a fenologia (“estados”) do geossistema (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 91).

Já o Território, corresponde às relações entre sociedades e seus meios, como afirma:

Territorializar a natureza é inverter a problemática das relações entre sociedades e seus meios (...) A potencialidade e a limitação não estão na natureza da natureza. Os determinantes, se existem, estão na sociedade” (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 92).

Logo, a Paisagem corresponderia à grandeza cultural da natureza, isto é, a entrada sociocultural. Assim conceitua Bertrand; Bertrand:

Uma grade de leitura temporo-espacial permite construir um cenário paisagístico a partir dos atores, dos locais e dos tempos (incluídas as estações). Esta formalização garante o elo entre a paisagem, o geossistema e o território e a transforma num dos elementos no sistema de interface sociedade-natureza (BERTRAND; BERTRAND, 2007, p. 93).

Diante disso, Passos (2013) considera que o GTP “é uma construção sistêmica destinada a demonstrar a complexidade do meio ambiente geográfico” (PASSOS, 2013, p. 31). Esse método comportaria a diversidade e, principalmente, a interatividade do meio.

Passos (2013) ressalta que o Geossistema apresenta-se como “um conceito naturalista antropizado e unívoco (têm como referência maior a geodiversidade)” (PASSOS, 2013, p. 32), ou seja, é a relação do potencial ecológico e da exploração biológica juntamente com ação antrópica que forma uma toda complexidade geográfica.

Passos (2013) destaca o território “fundado sobre a apropriação e o ‘limiar/cercar’, representa o espaço-tempo das sociedades” (PASSOS, 2013, p. 31). Esse território que apresenta uma organização política, jurídica, administrativa e, sobretudo econômica.

Desta forma, a paisagem comportaria todo um conjunto diverso, abrangendo um processo, ou seja, uma expressão sociocultural de um espaço, da interação homem e meio. Assim, Passos (2013) afirma:

Uma paisagem nasce toda vez que um olhar cruza um território, ou seja, a paisagem nasce da interação de dois elementos: (a) o objeto – um espaço geográfico qualquer e (b) o sujeito – o observador: é o homem com sua sensibilidade e seus projetos. O mais importante é o que existe entre os dois. [...] A cada um a sua paisagem (PASSOS, 2013, p. 36).

O GTP apresenta-se como uma “visão holística integralizada” (COSTA; FONTES; SOUZA, 2012, p. 46) buscando compreender a área de estudo a partir da análise integral do recorte espacial, observando intrinsecamente a relação sociedade e natureza, que se faz presente no espaço geográfico.

Nesse sentido, Passos (2011) evidencia a importância do método, por meio de três pólos fundamentais, os quais são o epistemológico, o metodológico e o didático. Passos (2011) salienta que

[...] (a) um pólo epistemológico de base filosófica que tem por objetivo maior colocar o conjunto da problemática no quadro da “natureza e da sociedade”; (b) um pólo metodológico que tem como objetivo definir conceitos, as práticas metodológicas e as técnicas ou tecnologias do trabalho; (c) um pólo didático cada vez mais essencial, voltado tanto para a formação inicial (pedagogia) como para as aplicações profissionais”. (PASSOS, 2011, p.1).

Pissinati e Archela (2009) deferem que a contribuição do GTP quanto método, é buscar entender o meio ambiente na sua totalidade e as conexões entre os seus elementos de forma sistêmica. Os autores afirmam que

A meta do sistema GTP, como metodologia é reaproximar estes três conceitos para analisar como funciona um determinado espaço geográfico em sua totalidade. A visualização das relações entre os elementos da paisagem leva o pesquisador a compreender a dinâmica da área estudada e como ela dialoga com a circunvizinhança. Sendo assim, a metodologia do sistema GTP serve não só para a delimitação e representação cartográfica das áreas, mas principalmente para a detecção dos problemas existentes no local e o grau de responsabilidade da ação antrópica sobre os mesmos (PISSINATI; ARCHELA, 2009, p. 11).

Como já foi analisado o método GTP se apresenta como um modelo de análise híbrido, que contempla a análise natural e social a partir da paisagem. Colocando o meio ambiente no centro do estudo ambiental.

Novamente, Costa; Fontes; Souza (2012) ressaltam que a importância do GTP (Geossistema, Território e Paisagem), parte dessas três entradas, que integram unicamente o espaço geográfico, ou melhor, o meio ambiente. Assim, “a meta do GTP, como metodologia é reaproximar estes três conceitos para analisar como funciona um determinado espaço geográfico em sua totalidade” (COSTA; FONTES; SOUZA, 2012, p. 54).

A contribuição do GTP para esta pesquisa parte da compreensão da interatividade e da diversidade de todo sistema ambiental que coexiste no tempo-espaço. Buscando, assim, analisar e compreender os principais fenômenos ocorrentes na relação natureza e sociedade de maneira integrada, através da tríade- Geossistema, Território e Paisagem.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DA VILA DO CACAU

### 2.1 Localização do recorte espacial de estudo

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a comunidade quilombola do Cacau, pertencente ao município de Colares, mesorregião do Nordeste e microrregião do salgado paraense (PARÁ, IDESP, 2014). Colares limita-se ao Norte com a Baía de Marajó; ao Sul com o município de Santo Antônio do Tauá; a Leste com o município de Vigia; e a Oeste a Baía do Sol (SILVA et al., 1999).

A zona costeira são espaços geográficos provenientes da interação terra-mar com aspectos flúvio-marinhos. Assim, expõem Souza Filho et al. (2005 apud Barbosa 2007):

A zona costeira ou interface terra-mar é uma ampla zona que se estende desde os limites mais interiores dos ambientes terrestres influenciados por processos marinhos (marés, ondas), até os limites mais externos dos ambientes marinhos influenciados por processos continentais (descarga fluvial), onde ocorrem estuários, manguezais, deltas, planícies de maré, pântanos salinos, ilhas barreiras, lagunas, praias, entre outros. (SOUZA FILHO et al., 2005, p. 10 apud BARBOSA, 2007, p. 06).

A Vila do Cacau está situado na porção nordeste do município de Colares às margens do rio *Tauapará*<sup>2</sup>, com “o curso de 7,537 km, afluente do rio *Guajará-mirim*”<sup>3</sup> (SOUZA; SOUZA, 2015, p. 63) (mapa 01).

Atualmente o acesso à Vila do Cacau é realizado via hidroviária pela localidade de Guajará<sup>4</sup>, atravessando-se de barco o rio Guajará-Mirim e o Rio Tauapará, por cerca de 30 minutos, até o cais<sup>5</sup> do Cacau. Outra opção para chegar-se até a comunidade quilombola é a partir do porto de Vigia, por transportes hidroviários, atravessando o rio Guajará-Mirim e o rio Tauapará, equivalente a 20 minutos.

Segundo Santos e Silva (2012), “do porto, no rio tauá-pará, para se chegar até a comunidade do Cacau é preciso caminhar por cima de uma ponte de estiva com 866 metros de comprimento, atravessando o ecossistema de mangue até a terra firme” (SANTOS; SILVA, 2012, p. 05).

---

<sup>2</sup> Rio amarelo na língua tupi-guarani (SANTOS; SILVA, 2012);

exerce a função de limite natural entre os municípios de Vigia e Colares;

<sup>3</sup> Comunidade pertencente ao território político administrativo de Colares;

<sup>3</sup> Uma estrutura de madeira, fixada geralmente em portos, nas margens de cursos de água usada para atracar barcos para o descarrego de carga e passageiros.

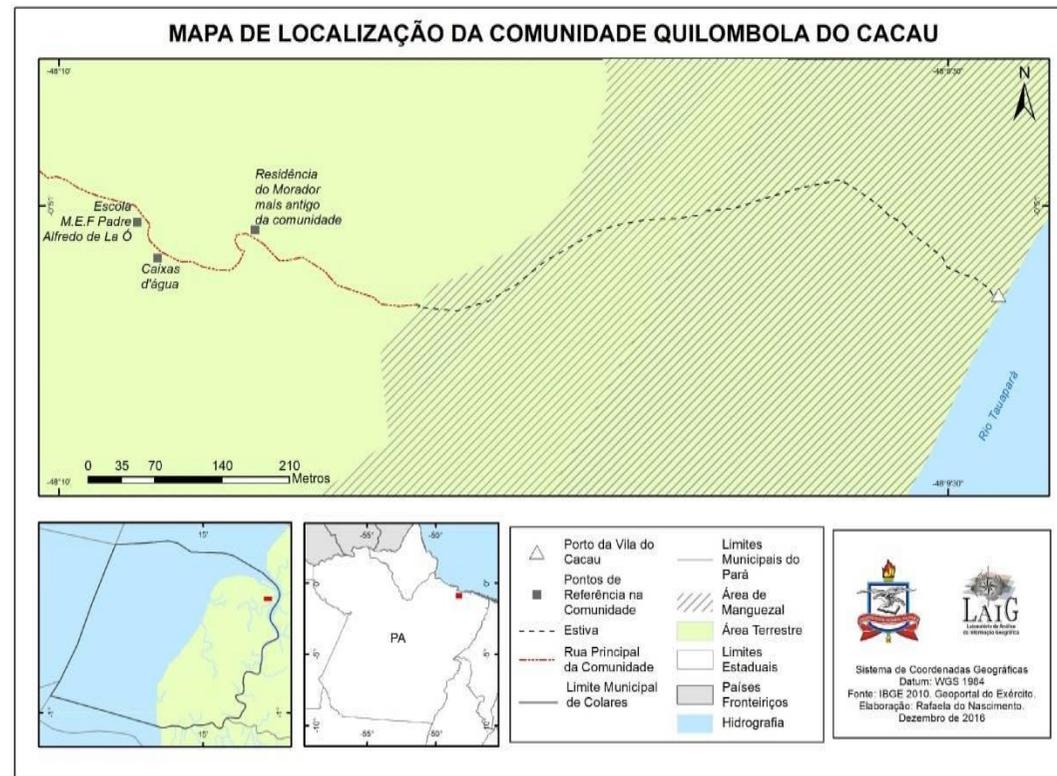
<sup>3</sup> O rio Guajará-mirim banha a sede municipal de Vigia de Nazaré, e ainda exerce a função de limite natural entre os municípios de Vigia e Colares;

<sup>4</sup> Comunidade pertencente ao território político administrativo de Colares;

<sup>5</sup> Uma estrutura de madeira, fixada geralmente em portos, nas margens de cursos de água usada para atracar barcos para o descarrego de carga e passageiros.

Em decorrência da localização costeira da comunidade quilombola do Cacau é possível encontrar unidades de paisagem como: manguezal, terra firme e campos. Tais unidades fornecem recursos naturais que subsidiam as atividades voltadas para a subsistência e em menor escala para a economia ao longo da formação histórica de um antigo quilombo na Amazônia.

**Mapa 01: Mapa de Localização da Vila do Cacau-Colares (PA)**



Fonte: Elaborado por SOUZA, Rafaela do N. (Dez. 2016), com dados extraídos de IBGE, 2010. Geoportal do Exército.

## 2.2 Breve histórico da Comunidade Quilombola do Cacau

A Vila do Cacau está localizada nas proximidades do rio Tauapará (rio amarelo na língua tupi-guarani), pertencendo ao município de Colares – Pa. Segundo Santos e Silva (2012) a Vila é constituída por 138 moradores, considerados quilombolas, muitos com parentescos de antigos escravos que habitavam no local.

Para Almeida (2005), a Vila do Cacau é “núcleo e guardião dos principais resquícios históricos da tradicional população remanescentes” (ALMEIDA, 2005, p. 13), uma Vila que tem origens ligadas à aldeia Tabapará, catequizada pelos jesuítas no século XVII. Esses missionários foram os primeiros a desenvolver as transformações socioculturais no local.

Segundo Almeida (2005) a Vila do Cacau foi local de um aldeamento indígena, a chamada aldeia Tabapará, que posteriormente deu lugar a uma fazenda de nome Tauapará. A denominação veio devido à coloração do rio, que banhava toda a região de terra onde localizava a fazenda e também por ser um afluente do rio Guajará-Mirim.

Conforme o autor, a fazenda Tauapará é comprada pelo português Henrique de Araújo Tavares, juntamente com a esposa Firmiana Augusta Lopes Tavares. Em 25 de Janeiro de 1867, a propriedade é adquirida por Agostinho José de Almeida e o irmão Frederico Bento de Almeida, este foi um político vigiense e presidente da Câmara Municipal de Vigia. Ambos mantinham na fazenda um engenho canavieiro, o qual era chamado de Santo Antônio da Campina, o nome foi dado devido à presença de uma imagem em louça de Santo Antônio, “vinda de Portugal, e que depois de roubada, o santo tornou-se padroeiro do lugar” (ALMEIDA, 2005, p. 37).

De acordo com Almeida (2005), em 08 de Junho de 1874, a fazenda e as benfeitorias, com 58 escravos é vendida a Domingos Antônio Raiol e esposa Maria Victória Pereira Chermont Raiol e o irmão, Francisco Antônio Raiol.

Filho de portugueses, Pedro Antônio e Arcângela Maria da Costa Raiol, Domingos Antônio Raiol nasceu no dia 30 de março de 1830 na vila de Vigia. Domingos Antônio Raiol iniciou seus estudos no Liceu Paraense, hoje conhecido como o Colégio Paes de Carvalho em Belém, posteriormente, em 1854, aos 24 anos, graduou-se em Bacharel em Ciências Jurídicas na Academia de Direito de Pernambuco. Em março de 1883, Domingos Antônio Raiol foi intitulado pelo Dom Pedro II imperador do Brasil, como Barão de Guajará.

Segundo Almeida (2005) o engenho do Barão de Guajará era constituído por escravos vindos de várias partes do continente africano, cerca de 9% tinham mais de 60 anos. Uma das escravas que trabalhavam na fazenda, de nome Ângela “é reconhecida como bisavó do atual líder comunitário da vila do Cacau, Avelino Almeida” (ALMEIDA, 2005, p. 45)

Almeida (2005) ressalta que no engenho Santo Antônio da Campina do Barão de Guajará, eram fabricados produtos como “o açúcar, aguardente e objetos de argila (telhas, tijolos e cerâmica utilitária), destinados ao comércio exportador e regional” (ALMEIDA, 2005, p. 46). Além desses produtos, o engenho comportava a casa-grande, a senzala, a capela, a moenda, um canavial, um curral, etc.

Segundo Almeida (2005), o Barão de Guajará construiu um barragem próximo ao Igarapé dos Pretos, para o armazenamento de água da maré cheia, uma vez que o acesso ao engenho pelo rio Tauapará era inacessível devido à presença de um estreito canal. Essa barragem facilitava a saída de embarcação até rio Tauapará, mesmo que a maré estivesse seca.

De acordo com Almeida (2005),

a barragem foi construída com pedras sobrepostas e tijolos maciços fixados com uma mistura cozida de cal crua, argila e conchas de crustáceos piladas, catadas na costa atlântica ou em escavações. A esta mistura dá-se o nome de sernambi (ALMEIDA, 2005, p. 53).

Para Almeida (2005), a barragem é considerada um resquício histórico, sendo uma construção que ainda está conservada desde a época do engenho. Sua forma, em (L), possui um comprimento de 12 metros com 1,20 metros de largura, com 3,5 metros de profundidade.

Conforme o autor, com a abolição da escravidão no Brasil o Barão distribuiu terras ao redor do engenho na fazenda Tauapará para os ex-escravos, muitos deles continuaram a trabalhar para ele. Em 27 de outubro de 1912, o Barão de Guajará morre aos 82 anos, o seu patrimônio continua mantido pela sua esposa Maria Victória Pereira Chermont Raiol e seus filhos, José e Pedro. Mais tarde, com a morte de José e Maria Victória, todo patrimônio foi repassado a Pedro, filho solteiro do Barão.

No dia 10 de abril de 1928 o engenho e as terras que envolviam a fazenda foram comprados pelo Plínio Walfredo de Campos e esposa Raimunda Neves de Campos. Mesmo com as terras vendidas, a população remanescente de escravos que residiam no local permaneceram, motivando a formação de outros povoados, os quais são “o extinto povoado Mané João; Ovos; Santo Antônio do Tauapará; Bom Jesus; Terra Amarela e o Cacau” (ALMEIDA, 2005, p. 59).

Após a venda das terras, Plínio Campos não deu continuidade ao funcionamento do engenho, ocasionando a perda de elementos característicos da fazenda como as criações, as plantações, a olaria e o próprio engenho. Em 1938, mais precisamente no dia 06 de julho, a propriedade foi vendida ao Coronel Francisco de Mello e a mulher Alice dos Santos Tocantins de Mello. O intuito do Coronel era criação de búfalos do Marajó, além de que toda a área que envolvia a fazenda apresentava aspectos promissores como a “extração de borracha, madeira, sementes oleaginosas, olaria, areia, barro, pedruras, além de, muita caça, peixes, caranguejo e frutas. Chamavam-na dispensa de Vigia” (ALMEIDA, 2005, p. 66).

Novamente, em 15 de maio de 1943 o imóvel foi vendido ao senhor Rodolfo Fernando Engelhard, filho de Alberto Engelhard, um antigo prefeito de Belém. Fazendeiro, Rodolfo encaminhou para o Tauapará cerca de 500 búfalos como também iniciou a plantação de coco.

Posteriormente, em 17 de fevereiro de 1964, a propriedade foi adquirida por Antônio Nascimento Avelar e esposa Rosa Moreira Avelar. Nesse período, a ilha, onde situava a fazenda Tauapará, havia se emancipado do município de Vigia. Haja vista que a ilha, de nome Colares, foi território de Vigia e abrigava as aldeias de Cabu e Tabapará. Esta, depois foi a fazenda Tauapará e o engenho Santo Antônio da Campina, atualmente a vila do Cacau.

De acordo com Almeida (2005), a emancipação de Colares ocorreu em 29 de dezembro de 1961, por meio da lei nº 2.460 o qual afirmava o desmembramento da Ilha de Colares do município de Vigia.

Segundo Almeida (2005), no dia 03 de junho de 1968, a propriedade passa a pertencer ao senhor Adalberto Campos Tavares e esposa Alice Pinheiro Tavares. Assim, no dia 4 de julho de 1969, as terras são vendidas a Manoel Vitalino Martins e a mulher Clementina Flitz Martins. No ano seguinte, em 24 de março de 1970, Manoel e sua esposa vendem o imóvel ao paulista Oarde Corrêa e Maria Luzia Trigo Corrêa. Representante de uma firma caçara, Oarde desenvolve no local a exploração de palmito.

Vale ressaltar que mesmo a propriedade sendo várias vezes vendida, a população que habitava o lugar convivía com as limitações e proibições, por parte dos proprietários. Muitos que moravam na área já residiam desde a era da família Raiol.

Deste modo, Almeida (2005) afirma que

[...] a partir de 10 de março de 1981, quando Oarde vendeu a propriedade para acionistas da Empresa Empreendimentos Agropecuários Industriais do Pará S.A, que requereu a certidão de posse junto ao Iterpa (Instituto de Terras do Pará) em 19 de julho de 1985, obtendo o título de propriedade (ALMEIDA, 2005, p. 71).

Diante disso, as famílias continuaram a viver no lugar limitando-se ao pedaço da terra onde ficava sua moradia, confinando as atividades de subsistência, como a caça, a pesca, a produção de farinha, a agricultura etc.

Depois de alguns anos a empresa deixa o local e a população continua residindo na comunidade, chamando de Vila do Cacau<sup>6</sup>. Segundo Almeida (2005), o nome “provém do fato de no passado ter havido a presença abundante de árvores de cacau na vila” (ALMEIDA, 2005, p. 74).

### 2.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa

Esta pesquisa, de natureza qualitativa-quantitativa, caracteriza-se como de campo, documental, bibliográfica e de estudo de caso. É de campo dado à indispensabilidade de se coletar dados no *locus* de estudo, sendo este a comunidade quilombola do Cacau, no município de Colares.

Esta pesquisa é qualitativa em razão da subjetividade presente na relação dos remanescentes quilombolas e moradores da Vila do Cacau e o meio. “Caracterizam-se por estudos flexíveis, menos estruturados, em que as descobertas de campo levam a desdobramentos que guiam o pesquisador em seus passos” (RAGIN; BECKER, 1992 apud KIRSCHBAUM, 2013, p. 181).

Quantitativa em razão da necessidade de dados pontual, isto é, “calcam-se sobre a dedução de hipóteses oriundas da teoria estabelecida”. Desse modo, os dados coletados devem ser mensurados e sistematizados em variáveis. “A comparação da variação das variáveis de interesse permite ao pesquisador o estabelecimento de leis gerais sobre o comportamento social” (KIRSCHBAUM, 2013, p. 181).

Para essa pesquisa de campo, emprega-se como técnica a observação, “que auxilia na coleta de dados visuais e dados verbais”, sobre os usos do território da Vila do Cacau realizado pelos moradores e remanescentes quilombolas (OLIVEIRA, 2007 apud GUALBERTO, 2009, p. 26).

Durante essa etapa da pesquisa, foi utilizado um caderno de campo para o registro das atividades desenvolvidas pelos moradores da comunidade e um celular para gravar as falas dos sujeitos da pesquisa (remanescentes de quilombola e moradores). “Esse recurso técnico facilita a coleta de informações não visualizadas que são expressas” (GUALBERTO, 2009, p. 26).

Além do que, o celular exerce a função de câmera fotográfica permitindo a captura de imagens das unidades de paisagem estudadas, ou seja, com essa técnica tem-se dados visuais coletados para análise. Pois, o uso das imagens nessa pesquisa permitir registrar os usos do território da Vila do Cacau que escapam da técnica de observação. Assim, Flick (2004) expõe que

---

<sup>6</sup> A Vila do Cacau é considerada quilombola por ter sido um local de escravidão durante o século XVIII, no entanto, quilombo significa lugar de refúgio, porém a comunidade apresenta uma peculiaridade por não ter sido lugar de refúgio, pois o ex-escravos que habitavam o local permaneceram até hoje no mesmo.

Elas permitem gravações detalhadas de fatos, além de proporcionar uma apresentação mais abrangente e holística de estilos de vida e condições. Possibilitam o transporte de artefatos e a apresentação destes como retratos, e também a transgressão de limites de tempo e espaço. Podem captar fatos e processos que sejam muito rápidos ou complexos para o olho humano, por último, são menos seletivas do que as observações (FLICK, 2004, p. 162).

Esta pesquisa também caracteriza-se como documental em detrimento da necessidade de entendermos a história, cultura e tradição dos remanescentes quilombolas do município de Colares, em especial os da Vila do Cacau. Assim, “faz-se necessário revisitar documentos históricos” conservados pelos moradores mais antigos, “que subsidiaram a análise acerca desse legado cultural” (GUALBERTO, 2009, p. 28). E “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 49).

E ainda, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica em decorrência da contribuição dos escritos, seja livros, revistas, artigos, teses, dissertações e relatórios de campo sobre os assuntos que envolvem as comunidades quilombolas, usos do território, impactos socioambientais e unidades de paisagem. Pois, segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 57),

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Durante a pesquisa a técnica de coleta de dados utilizadas foram as entrevistas semi-estruturadas, que partem de um “roteiro com perguntas principais complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista” (MANZINI, 1990/1991 p. 154). Ou seja, são perguntas abertas que estimulam respostas espontâneas, não condicionadas a uma padronização.

As entrevistas semi-estruturadas compõem um tipo de técnica que ajudou na aproximação com os sujeitos da pesquisa, além de obtermos dados importantes e significativos não encontrados em fontes documentais.

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 195):

A entrevista é um encontro entre duas pessoas a fim de que um delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (LAKATOS; MARCONI, 2003 p. 195).

Desta forma, Lakatos e Marconi (2003) ressaltam que a entrevista é considerada um diálogo efetuado face a face, que tem como objetivo principal a obtenção de informações necessárias sobre o problema ou o assunto.

No decorrer de nossa pesquisa, fizemos um roteiro com perguntas básicas que atingissem nossos objetivos pretendidos, para que, além da coleta de informações, pudéssemos também interagir com o informante. Essas entrevistas foram realizadas com alguns moradores e remanescentes quilombolas da comunidade da Vila do Cacau, localidade do município de Colares - PA.

Através das entrevistas foi possível conhecer os valores e os significados que fazem parte do meio social dos moradores e dos remanescentes que residem na comunidade. Além, de mostrar a realidade vivida desses comunitários e principalmente, a percepção de cada um sobre as transformações na paisagem da Vila do Cacaú.

Durante as entrevistas foi levado um celular para que as falas verbalizadas fossem gravadas e depois armazenadas no computador, para serem posteriormente descritas e analisadas. Pois compreender as falas, ajudaria a reescrevê-las para a sistematização de citações.

Outra técnica utilizada para a coleta de dados foi o formulário, cujo nome é usado “para designar uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador numa situação face a face com outra pessoa” (SELLTIZ, 1965, p. 172 apud LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 211).

Segundo Lakatos e Marconi (2003),

o que caracteriza o formulário é o contato face a face entre pesquisador e informante e ser o roteiro de perguntas preenchido pelo entrevistador, no momento da entrevista (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 211).

Deste modo, o formulário se define como um instrumento de pesquisa, que vem a ser preenchido pelo próprio pesquisador. Assim como a entrevista, o formulário também foi realizado com os moradores e remanescentes da comunidade da Vila do Cacaú.

Do mesmo modo que a entrevista, o formulário nos permitiu obter a percepção e a opinião dos sujeitos investigados sobre os usos que realizam nos geossistemas da comunidade, como também da existência de políticas públicas na Vila do Cacaú. Além de nos fornecer dado quantitativo, nos permitiu também uma análise qualitativa das repostas.

Cada formulário continha questões iniciais relacionadas à caracterização do público alvo – nome; faixa etária; os anos que reside no lugar; etc. –, em seguida, estavam as questões significativas, diretamente ligadas ao objeto em análise. Assim, cada pergunta correspondia aos objetivos norteadores da pesquisa.

Desta forma, Lakatos e Marconi (2003) ressaltam sobre a apresentação do formulário que:

Deve ser levado em conta o tipo, o tamanho e o formato do papel; a estética e o espaçamento devem ser observados, e cada item deve ter espaço suficiente para a redação das respostas. Os itens e subitens precisam ser indicados com letras ou números e as perguntas ter certa disposição, conversando distância razoável entre si. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 212).

Diante disso, buscamos atenção na construção dos formulários e, principalmente, no momento da aplicação dos mesmos, para que não houvesse inibição das respostas a determinadas perguntas.

Para esta pesquisa também foi utilizado para coleta de dados à história de vida, considerada como “uma das modalidades de estudo em abordagem qualitativa” (SPINDOLA; SANTOS, 2003, p. 121). Assim como, uma técnica de pesquisa social e de pesquisa de campo que permite mostrar o momento histórico vivido pelo sujeito.

Segundo Lakatos e Marconi (2011, p. 124) “a história de vida é uma história em torno de determinados eventos nos quais se projetam valores humanos e padrões significativos de uma cultura particular” (EISMAN, 1997, p. 280 apud MARCONI; LAKATOS,

2011, p. 124). Desta forma, vale ressaltar a comunidade quilombola do Cacau, onde suas particularidades estão também nas suas histórias, contadas por aqueles “mais velhos” que fazem narrativas com suas memórias.

A história de vida nos permitiu entender e compreender a história da comunidade da Vila do Cacau, relatos esses interpretados pelos sujeitos pesquisados.

Assim, Spindola e Santos (2003) destacam que

O método de história de vida, portanto, procura apreender os elementos gerais contidos nas entrevistas das pessoas, não objetivando, contudo, analisar suas particularidades históricas ou psicodinâmicas (SPINDOLA; SANTOS, 2003, p. 121).

Deste modo, essa técnica foi aplicada com 8 moradores e remanescentes quilombolas da comunidade. A escolha desses comunitários foi pautada na disponibilidade, e na representatividade cultural de cada um.

A cada história de vida nos possibilitava um penetrar na trajetória histórica dos informantes, além de perceber o cotidiano retratado nas narrativas de suas vidas, nos dirigindo a identificar os usos e a ocupação do território da Vila do Cacau.

Portanto, para aplicação da história de vida, entrevistas e formulários, realizamos um “estudo estatístico [...] realizado com a coleta de parte de uma população (amostragem), denominado amostra” (MALHOTRA, 2001 apud OLIVEIRA, 2011, p. 30).

Dessa maneira, Oliveira (2011) ressalta:

Amostra é um subgrupo de uma população, constituído de  $n$  unidades de observação e que dever ter as mesmas características da população, selecionadas para participação no estudo (OLIVEIRA, 2011, p. 30).

Diante disso, destaca-se as amostragens probabilísticas, esta “é um tipo de amostragem em que cada elemento da população pode ser selecionado para compor a amostra e tem uma chance conhecida e diferente de zero” (OLIVEIRA, 2011, p. 32). Assim, essa amostra representará ao pesquisador um domínio sobre o erro amostral da pesquisa, com também uma estimativa precisa da população.

Segundo Oliveira (2011), as amostragens probabilísticas são classificadas em aleatória simples; amostragem estratificada; sistemática e a amostragem por conglomerado (ou agrupamento). Em nossa pesquisa foi utilizada a aleatória simples, onde é “a escolha aleatória dos elementos que farão parte da amostra. Existe uma igual probabilidade, de cada elemento da população ser escolhida por meio de sorteio” (OLIVEIRA, 2011, p. 34).

Durante a pesquisa, a nossa amostragem foi o total da população da comunidade quilombola do Cacau, sendo de 138 moradores. A amostra dessa população foi à estimativa de 10%, resultando em 14 moradores, ou seja, dos 138 apenas 14 foram selecionados para a aplicação das técnicas de coletas de dados.

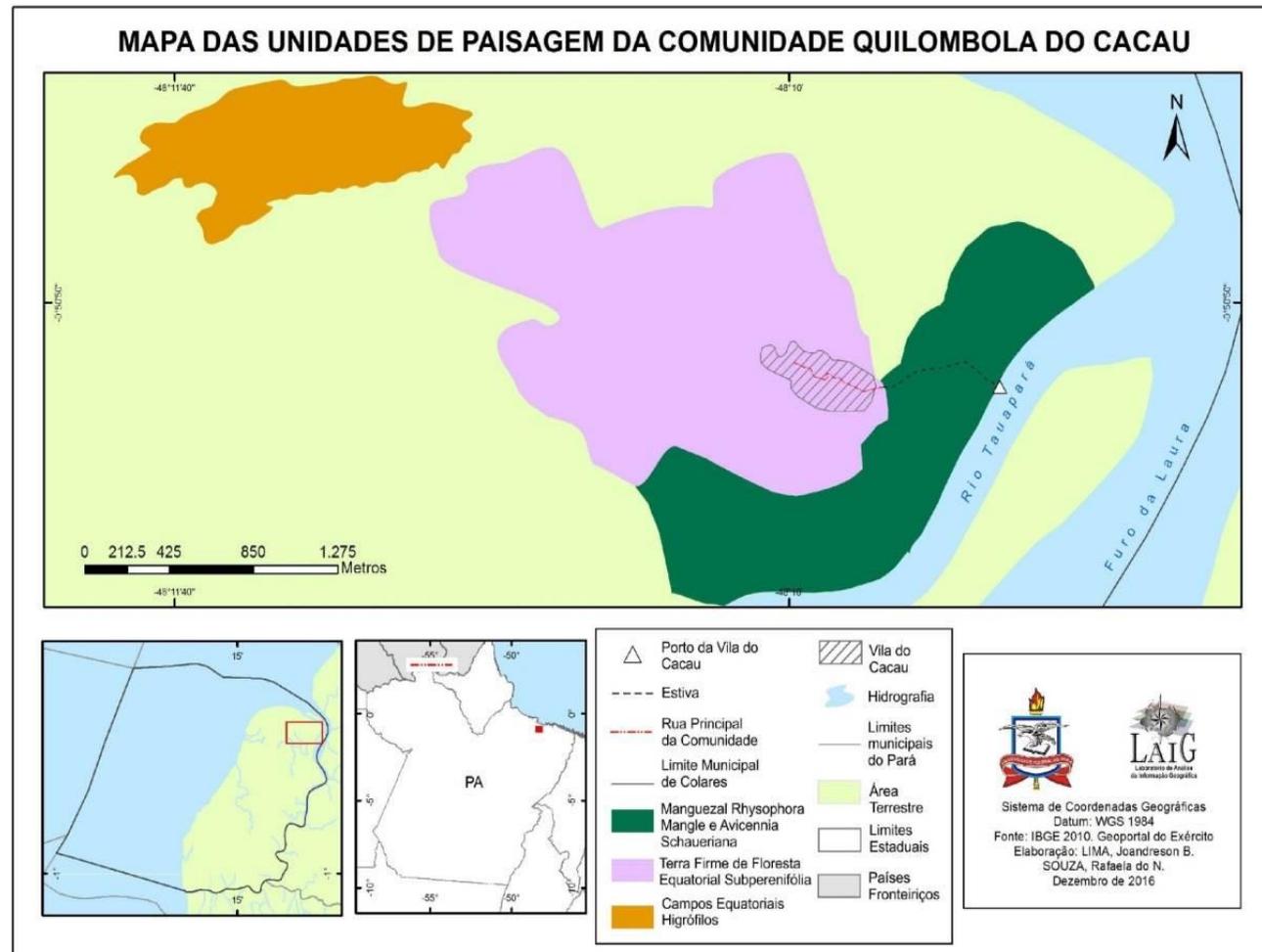
#### **2.4 Aspectos fisiográficos das Unidades de Paisagem da comunidade Vila do Cacau**

A Comunidade quilombola do Cacau, por localizar-se em um intervalo estuarino da zona costeira do estado do Pará, possui unidades de paisagens como: manguezais, terra firme, campos (mapa 02) entre outros.

A zona costeira é constituída de notáveis mostruários de ecossistemas, dentre os quais está o manguezal espalhados (AB'SABER, 2000, p. 27) “em zonas de contatos tríplices: terra, mar e dinâmica climática” presentes em cerca de 100 países com 180.000 km<sup>2</sup> (MACIEL, 2009).

No norte da América do Sul os manguezais se localizam “quase sem descontinuidade entre o delta do Orenoco, na Venezuela e a Baía de São Marcos, no Maranhão” (MACIEL, 2009, p. 26). No Brasil, os manguezais correspondem a 1,3 milhões de hectares disseminados ao longo da zona costeira dos estados do Amapá até Santa Catarina (SCHAEFFER; NOVELLI, 1995 apud MACIEL, 2009).

Mapa 02: Mapa de localização das unidades de paisagem<sup>7</sup> da Comunidade Quilombola do Cacao.



Fonte: Elaborado por LIMA, Joandreson B.; SOUZA, Rafaela do N. (Dez. 2016), com dados extraídos de IBGE, 2010. Geoportal do Exército.

Já na Amazônia, os manguezais são difundidos pelos estados do Amapá, Pará e Maranhão, em um trecho de 9 mil km<sup>2</sup> correspondendo a 70% do ecossistema no Brasil. No estado do Pará, o manguezal<sup>8</sup> compreende a cerca de 40.000 ha (MACIEL, 2009), dos quais é patrimônio natural predominante no Município de Colares (IDESP, 2014).

<sup>7</sup> As áreas das unidades representadas no mapa não correspondem à sua totalidade real.

No município de Colares (mesorregião do nordeste paraense), podemos encontrar predominante a floresta de mangue<sup>9</sup> do tipo *Rhizophora mangle* e *Avicennia* (IDESP, 2014). Com ênfase, na comunidade quilombola do Cacau encontramos o mangue do tipo *Rhizophora mangle*, conhecido popularmente como mangue vermelho, pertencente à família *Rhizophoraceae* e também o *Avicennia schaueriana* Stapf & Leechm, conhecida popularmente como mangue preto ou siriúba, pertence à família *Acanthaceae* (SCHAEFFER-NOVELLI, 1995 apud RAMOS; GERALDO, 2007).

O ecossistema manguezal da Vila do Cacau apresenta vegetação de baixa diversidade florística, caracterizada por apresentar árvores do tipo arbórea (imagem 01), que possuem comprimento entre o intervalo de 10 a 45 metros, sendo flora nativa do litoral amazônico (LIMA et al., 2001 apud PÍCANÇO, 2012).

**Imagem 01: Árvore arbórea presente no manguezal da Vila do Cacau**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

---

<sup>8</sup> “O termo manguezal é utilizado para designar o ecossistema com flora e fauna apropriadas” (SCHAEFFER-NOVELLI; CINTRÓN-MOLERO, 1999 apud ALMEIDA; SUGUIO, 2011, p. 6).

<sup>9</sup> “Mangue é o termo utilizado para nomear as espécies vegetais que compõem este ecossistema” (SCHAEFFER-NOVELLI; CINTRÓN-MOLERO, 1999 apud ALMEIDA; SUGUIO, 2011, p. 6).

O mangue vermelho possui árvores de “raízes-escoras, que partem do tronco em direção ao solo, em forma de arcos, e auxiliam na sustentação da árvore” (MENEZES, MEHLING, 2009, p. 37). Essas raízes também são chamadas de raízes suporte (ver imagem 02) para sustentar as plantas sobre o solo lamacento (inconsolidado) e pobre em oxigênio dos manguezais (PEREIRA FILHO; ALVES, 1999 apud SEMADS, 2001).

Além disso, a vegetação de mangue, localizado mais próximo das águas do rio Tauapará, apresenta raízes respiratórias ou pneumatóforos com presença de lenticelas (células especiais para captar o ar) caracterizando o tipo de mangue preto, como podemos visualizar na imagem 03.

**Imagem 02: Raízes escoras ou suporte da vegetação do mangue vermelho**



Fonte: Acervo pessoal das autoras 2016.

**Imagem 03: Raízes respiratórias ou pneumatóforos da vegetação de mangue preto**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Nesse contexto, Pereira Filho e Alves(1999) expõem:

As plantas que vivem em ambientes salobros (halófitas) possuem dois sistemas de controle da concentração de sal em seus tecidos (osmorregulação), os quais procuram expulsar este produto para o exterior. Formadoras de um complexo florestal sobre um substrato geralmente lamacento (inconsolidado) e pobre em oxigênio, estas plantas ainda apresentam adaptações aos fatores ambientais, tais como: raízes aéreas como as escoras e pneumatóforos com presença de lenticelas (células especiais para captar o ar) e o enraizamento em forma de roda (rodel) para uma melhor fixação (PEREIRA FILHO; ALVES, 1999 apud SEMADS, 2001, p. 13).

A floresta de mangue do território da Vila do Cacau é formada por uma cobertura vegetal nativa das planícies de maré sob a influência de água fluviais do rio Tauapará e marinhas do oceano atlântico, sob as condições naturais ideais para a formação deste tipo de vegetação. Uma vez que “constituem áreas pantanosas ou lamacentas, de baixo gradiente, cobertas pelas águas durante as marés enchentes e descobertas nas marés vazantes, recebendo, também, um aporte de água doce proveniente dos rios e da drenagem subterrânea” (ALMEIDA, 1996; AB’SÁBER, 2005; PROST et al., 2001 apud PIKANÇO, 2012, p. 117-118).

No Cacau, a vegetação está sobre as planícies de maré lamosa (imagem 04) “adaptada a um solo inconsolidado de origem recente, que sofre ação direta de água salgada ou salobre” (MASCARENHAS; GAMA, 1999 apud BARBOSA, 2007, p. 39). Visto que, as planícies de maré lamosas estão localizadas paralelas à linha de costa ou ao longo do baixo curso dos rios como foi analisado na Vila do Cacau (BARBOSA, 2007).

Para mais, a natureza dos depósitos sedimentares é predominantemente fina (silte e argila), depositos em uma topografia suave abaixo de 4,4m. E ainda, a hidrografia é caracterizada por apresentar canais sob influência de maré (mecânica e salina). Vale ressaltar a posição inferida em relação ao nível da maré, ou seja, o fluxo e refluxo de maré que se dá duas vezes ao dia cada um. (BARBOSA, 2007).

Os depósitos sedimentares são constituídos de sedimentos oriundos do holoceno<sup>10</sup>, “que formam solos característicos, os chamados solos indiscriminados de mangue” (IBGE, 1990 apud PIKANÇO, 2012, p. 118).

---

<sup>10</sup> “O Holoceno é caracterizado por uma dinâmica ambiental fortemente relacionada às flutuações 16 do nível do mar. Como resposta a essas oscilações, desenvolveram-se, ao longo do tempo e do espaço, morfologias costeiras de cordões arenosos, terraços marinhos, linhas de praias etc...” (SEMADS, 2001, p. 16-17).

Os solos indiscriminados de mangue “são de deposição recente, muito mal drenados, pouco profundos, com alto conteúdo de sais provenientes da água do mar, e de compostos de enxofre resultante das interações físico-químicas entre fatores bióticos e abióticos” (LIMA et al., 2001, apud PÍCANÇO, 2012, p. 118).

**Imagem 04: Planície de maré lamosa**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Essas características fisiográficas intitulam ao manguezal de berçários para inúmeras espécies marinhas. Além de berçário, este ecossistema tem função de ponto de “alimentação, desova e também como proteção de vários animais contra seus predadores naturais”, a exemplo temos os moluscos, crustáceos e peixes (MENEZES, MEHLING, 2009, p. 37). Nesse sentido, Pereira Filho e Alves, (1999 apud SEMADS, 2001, p. 13) afirmam:

Devido a um aspecto vegetal bastante característico, este ecossistema possui uma grande variedade de nichos ecológicos, o que resulta numa fauna diversificada com representantes dos seguintes grupos: anelídeos, moluscos, crustáceos, aracnídeos, insetos, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. É no ambiente aquático que ocorre uma abundância de espécies dos grupos representados pelos peixes e crustáceos, decorrente da capacidade que estes têm de suportar as variações de salinidade resultantes da mistura das águas. A grande oferta de alimentos e uma baixa predação garantem uma alta produtividade na massa d'água (PEREIRA FILHO; ALVES, 1999 apud SEMADS, p. 13).

Em detrimento da grande variedade de nichos ecológicos distribuídos em diferentes compartimentos existentes no manguezal, pode-se classificar as espécies por “habitat”, sendo esses: água, sedimento e vegetação (PEREIRA FILHO; ALVES, 1999 apud SEMADS).

Na Vila do Cacau, no meio aquático encontram-se crustáceos, como siris e camarões; peixes, como tainhas. Nos sedimentos lamosos podemos encontrar espécies de anelídeos, como minhocas; moluscos, como caramujos; crustáceos, como o caranguejos (imagem 05).

Por fim, registra-se, pela cobertura vegetal, transitarem moluscos, como caramujos e turus (imagem 06); crustáceos, como caranguejos; insetos, como moscas, mosquitos, borboletas, mariposas; aracnídeos, como aranhas (PEREIRA FILHO; ALVES, 1999 apud SEMADS).

**Imagem 05: Caranguejos saindo do “buraco”**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

**Imagem 06: Tronco vegetal de onde é extraído o turu**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

A Floresta amazônica possui uma complexa diversidade e extensão, assim como, apresenta uma grande variedade de tipos de vegetação. Dentre eles temos a Floresta Tropical de Terra firme; Floresta de Várzea; Floresta de Igapó, Campos naturais, campinas de areia branca, vegetação de áreas costeiras, como Manguezal e Restingas. Sendo de vários tipos florestais, a floresta compreende, “a floresta de terra firme, caracterizada pela riqueza e diversidade de espécies que abriga” (PIRES, 1973 apud SCULLER et al., 2009, p. 110).

Segundo Rizzini (1997 apud CARNEIRO, 2004, p. 05), a floresta de terra firme é considerada uma floresta pluvial de grande porte, estabelecida em planaltos com pequenas elevações (60-200m), podendo ser “planos, ondulados ou recortados por cursos d’água, não sujeitos a inundações, cujo substrato é de areia mais ou menos argiloso, amarelado ou avermelhada” (RIZZINI, 1997 apud CARNEIRO, 2004, p. 05).

Segundo Veloso e Góes-Filho (1982 apud SCULLER et al., 2009, p. 110), a floresta de terra firme também denominada de Floresta Ombrófila Densa, dispõe 153.688 km<sup>2</sup> de área concebendo seis sub-regiões, todas posicionadas em gradientes litológicas e com características morfológicas.

Essas florestas não apresentam homogeneidade estrutural e florística. Elas possuem uma alta diversidade florística com plantas lenhosas, considerando a região pré-andina a mais heterogênea (Gentry,1988; Valência et al.,1994; Duivenvoorden,1996 apud MACHADO, 2010, p. 03).

Segundo Machado (2010), os solos de terra firme são constituídos com predominância dos latossolos e dos podzólicos vermelhos, formando os solos mais característicos da região. Deste modo, “a vegetação destes solos é floresta pluvial densa que se estende principalmente nas partes Norte, Sul, e Leste da bacia” (FALESI, 1984 apud MACHADO, 2010, p. 05).

Segundo Pires (1973 apud SCULLER et al., 2009, p. 110), essas florestas abrangem uma fisionomia abundante com uma grande biomassa, em geral o sub-bosque é aberto, com grande acúmulo de palmeiras, e parte da matéria orgânica é constituída pela substância das plantas.

*A priori*, “o termo ‘terra firme’ se aplica a todas as florestas que não são sazonalmente inundadas pela cheia dos rios, diferenciadas assim das florestas de várzea e igapó” (OLIVEIRA, 1997; OLIVEIRA & AMARAL, 2004 apud SCULLER et al., 2009, p. 110).

Desta forma, Gentry (1982) ressalta que:

Situadas principalmente sobre terrenos terciários que surgiram nos últimos 3 a 6 milhões de anos, essas florestas possuem uma extraordinária diversidade biológicas, cuja origem pode ser creditada à colonização adjacente a partir de formações geológicas mais antigas, como planaltos guianeses e brasileiro ou através de dispersão pré deriva continental, a partir da dinâmica de tectônica de placas (GENTRY, 1982 apud SCULLER et al., 2009, p. 110).

Segundo Machado (2010), diferentes *habitats* podem ser reconhecidos e classificados dentro das florestas de terra firme, cada qual definido pelo tipo de solo e relevo, ambos diferentemente na estrutura e florística. Tais divisões mais comuns das florestas de terra firme são: platô, vertente, baixio.

De acordo com Hopkins (2005),

[...] as florestas de platô como o próprio nome sugere, estão situadas nas áreas mais altas e planas. O solo nessa área é argiloso, bem drenado e pobre em nutrientes. Neste tipo de floresta são encontradas as maiores árvores e, provavelmente, as mais antigas (HOPKINS, 2005 apud SCULLER et al., 2009, p. 110).

Conforme Machado (2010, p. 05),

As florestas de vertente ocorrem nas inclinações do platô, com solos mais arenosos nas porções mais baixas, onde a comunidade vegetal e a altura do dossel<sup>11</sup> são similares aos das florestas de platô, e a quantidade de árvores emergentes geralmente é menor (MACHADO, 2010, p. 05).

Para Sculler et al. (2009, p. 110), “a floresta de vertente pode ser considerada um tipo de transição entre a de baixio e a de platô”. Haja vista que, “a transição entre vertente e baixio é muito mais abrupta que entre vertente e platô” (SCULLER, et al., 2009, p. 110).

Já as florestas de baixio se sucedem nas planícies aluviais nas áreas mais baixas, no decurso dos igarapés, com solos inundados em épocas de grande pluviosidade. Vale ressaltar que, “dos habitat’s de terra firme, o baixio é o que se apresenta, em princípio, condições mais similares àquelas das florestas inundáveis” (RIBEIRO et al., 1999; RANZANI, 1980; BRAVARD & RIGHI, 1989 apud MACHADO, 2010, p. 05).

Diante disso, Sculler et al. (2009) destaca que nas florestas de baixio há a presença de árvores com raízes-escoras ou superficiais, algumas apresentando pneumatóforos. Salienta-se que “o dossel é mais baixo do que nas regiões de platôs, com 25 - 30 metros de altura, e com muitas palmeiras” (SCULLER, et al., 2009, p. 110).

Mediante a essas principais divisões da floresta de terra firme, podemos destacar algumas especificidades que se apresentam na área de estudo, a Vila do Cacau no município de Colares – PA. Segundo EMBRAPA (1988 apud SILVA et al., 1999, p. 8), o município de Colares é coberto por três formações florestais bem diversificadas: Floresta Equatorial Subperenifólia, Floresta Equatorial Subperenifólia hidrófila, higrófila de Várzea e campos equatoriais higrófilos.

Vale ressaltar que, a floresta equatorial subperenifólia é uma formação florística que pertence à floresta de terra firme (imagem 07). Para Silva et al. (1994 apud SILVA et al., 1999, p. 09), essa floresta se estende em grande parte da região estudada, onde sua vegetação florística primária é pouco evidente, devido o processo antrópico que reveste a área com uma espécie florística do tipo “capoeira latifoliada”.

---

<sup>11</sup> O dossel é o principal lugar de intercâmbio de calor, vapor d’água e gases atmosféricos, que também desempenha papel relevante no controle climático regional e global (LOWMAN et al., 2008 apud DANTAS, et al., 2011, p. 1266).

**Imagem 07: Floresta de terra firme**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Assim, BRASIL (1973 apud SILVA et al., 1999, p. 09) expõe algumas espécies que são encontradas na floresta subperenifólia, as quais são:

*Cecropia* sp. (imbaúba); *Chimani* *turbinata* (pau-mulata); *Eschweilera* *odorata* (mata-matá – branco); *Vismia* spp. (lacre); *Couratari* sp. (*tauri*); *Bertholetia* *excelsa* (castanha-do-brasil) e núcleos de palmeiras, principalmente o buriti (*Mauritia* *flexuosa*); açáí (*Euterpe* *oleracea*) e bacaba (*Oenocarpus* *bacaba*) (BRASIL, 1973 apud SILVA, et al., 1999, p. 09).

Os sedimentos barreiras ajudaram a formar um relevo plano a um suave ondulado, essa formação geológica ocupa aproximadamente 50% da região, sendo composta pela cobertura da floresta equatorial subperenifólia. Esta formação geológica favoreceu a composição de latossolos amarelos e latossolos vermelho amarelo, os quais são representados na (imagem 08 e 09), esses solos são dominantes nas áreas de terra firme do município (SILVA, et al., 1999).

**Imagens 08 e 09: Latossolos amarelos e latossolos amarelo vermelho**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Além disso, a região apresenta alguns tabuleiros, (imagem 10), estes correspondem a uma unidade de relevo constituída por pequenos platôs, conformando a uma “superfície areno-argilosas e arenosas não sujeitas a inundação (“terra firme”), com vegetação característica” (BARBOSA, 2007, p. 57).

De acordo com Barbosa (2007, p. 55):

Os tabuleiros amazônicos formaram-se a partir da dissecação de uma superfície pediplanada elaborada sob condições de clima mais seco que o atual, com aplainamento generalizado que atuou sobre o topo da formação barreiras e gerou a maior parte dos sedimentos Pós-Barreiras (ROSSETI, 2004 apud BARBOSA, 2007, p. 55).

Devido ao seu posicionamento altimétrico ser o mais elevado, os tabuleiros constituem os principais sítios de nascentes e de divisores de água. Além do mais, os tabuleiros são considerados planaltos sedimentares, de formas horizontais a sub-horizontais e de topo aplainado, com altitude em média a 84m (BARBOSA; PINTO, 1974; AB`SABER, 1996; SILVA, 2003 apud BARBOSA, 2007 p. 55).

**Imagem 10: Tabuleiro amazônico**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Segundo Barbosa (2007), os tabuleiros apresentam uma cobertura vegetal predominantemente secundária, com a presença de “(“capoeiras” e “macegas”)” (BARBOSA, 2007, p. 56), (imagens 11 e 12), assim como de campos cerrados, alguns evidentes, devido a substituição da floresta ombrófila densa original por áreas desmatadas e a criação de pastos.

**Imagens 11 e 12: Vegetações de “capoeiras” e “macegas”**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Já os campos apresentam formação vegetal nomeada de campos equatoriais higrófilos ou mistos, na qual a área de campos da Vila está localizado na porção norte do território da comunidade (mapa 02). Visto que, essa unidade de paisagem é caracterizada por apresentar “extratos herbáceos e espécies arbóreas e arbustivas esparsas sobre o tapete gramíneo” (SILVA et al., 1999 apud BARBOSA, 2007, p. 48) como podemos visualizar na imagem 13.

**Imagem 13: Campos equatoriais higrófilos da comunidade quilombola do Cacau**



Fonte: Acervo pessoal das autoras 2016.

E, ainda assim, a vegetação típica dos campos equatoriais hidrófilos é marcada pela presença de capim barba-de-bode (*Aristia* sp.); piriomonga (*Laersia alexandra*); buriti (*Mauritia flexuosa*); caraná (*Mauritia caraná*) e flor do campo (*Syngonanthus gracilis*) (SILVA et al., 1999, TANNUS; ASSIS, 2004). Dentre as espécies típicas desse ecossistema encontra-se na Vila do Cacau o buriti, caraná (imagem 14), flor do campo (imagem 15) entre outros.

**Imagem 14: Árvore de caranã nos campos higrófilo da Vila do Cacau**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

**Imagem 15: Flor do campo é um tipo de vegetação rasteira de solos arenosos**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016)

Além do mais, essa vegetação está disposta sob um cordão arenoso, isto é, um solo composto de substratos arenosos (imagem 16), originado do holoceno como expõem BARBOSA (2007, p. 48):

Em relação a Colares, Tuma (1997) alega que ocorreu uma deposição de “flechas” arenosas, sob condições de mar regressivo no Holoceno. Seja como for, a alternância dos cordões com superfícies lamosas indica que houve a retomada sucessiva de

fenômenos de sedimentação lamosa e arenosa da linha de costa. Os sítios arenosos que resultaram deste processo, e que hoje estão isolados em meio às planícies lamosas, representam terrenos planos que alcançam cotas de 5 a 12m, aproximadamente, portanto acima do nível atual de inundação pelas marés (BARBOSA, 2007, p. 48).

Em relação à fauna desta unidade de paisagem, registra-se, conforme relatos dos moradores, a existência de animais roedores como paca, cutia, capivara e também mamíferos, como tatu, entre outros.

**Imagem 16: Solos arenosos na unidade de paisagem campos na Vila do Cacau**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

## **2.5 Aplicação do GTP a partir da análise do uso e ocupação do solo da Vila do Cacau**

Com base na tríade geossistema, território e paisagem analisou-se as unidades de paisagem manguezal, terra firme e campos tendo como resultado uma visão holística do uso e ocupação do solo em cada unidade.

### **2.5.1 Manguezal**

O ecossistema de manguezal possui aspectos fisiográficos que propiciam o desenvolvimento de espécies vegetais e animais de consumo humano. Haja vista que, segundo Pereira Filho (2000 apud SEMARS, 2001, p. 16), “a procura de alimento pelo homem na natureza sempre foi uma forte preocupação dos povos nativos” (PEREIRA FILHO, 2000 apud SEMARS, 2001, p. 16).

Com isso, verifica-se uma relação do homem com o manguezal desde as civilizações gregas antigas e pré-colombiana até os dias atuais, que “trouxe uma grande oferta de alimentos ricos em proteínas e de fácil apreensão” (PEREIRA FILHO, 2000 apud SEMARS, 2001, p. 16).

As civilizações antigas utilizavam o manguezal para “obtenção de alimento, remédios, artefatos de pesca e para agricultura, utensílios caseiros e construção de moradias” (PEREIRA FILHO; ALVES, 1999 apud SEMADS, 2001, p. 16).

Com a chegada dos escravos no Brasil, o uso e ocupação do solo nos manguezais intensificou-se, pois a “extração de taninos (substâncias presentes na casca das árvores, empregadas para curtir couros e na medicina popular) e o corte das árvores para lenha foram alguns dos principais usos nos centros urbanos costeiros da época” (MENEZES; ULF MEHLIG, 2009, p. 38).

Nos dias atuais, em algumas comunidades da Amazônia, em especial nas quais são mantidas a “tradicionalidade” como a comunidade quilombola do Cacau no município de Colares/PA, verifica-se diversos usos e ocupação do solo no território da mesma (PEREIRA FILHO; ALVES, 1999, apud SEMADS, 2001, p. 16).

Os moradores da Vila do Cacau utilizam os recursos naturais do manguezal para sua subsistência ou para obter renda (17). Dentre os usos está a captura dos moluscos (turus e caramujos) e crustáceos (caranguejos, siris e o camarões); a pesca (imagem 18 e 19) e a extração da madeira para construção de currais<sup>12</sup> e lenha<sup>13</sup> para fabricar o carvão. Esses “figuram entre os recursos mais explorados” (MENEZES; ULF MEHLIG, 2009, p. 38) verificados *in loco* mediante observações, entrevistas e aplicação de formulários junto aos moradores da Vila, como expressado na tabela 01 e 02.

Alguns relatos proferidos pelos entrevistados mostram as utilidades do manguezal:

“Caranguejo, quando às vezes dá pra ir, eu lanço, pego” (M. Campos, 53 anos)

“Pegação de caranguejo, pescadinha de mão, algumas pessoas aqui pescam, tem rede vão no rio, mas algumas pessoas não sobrevivem da pesca [...] também muitos turus nós tira, turu sim, aqui, aculá para vender mais, nós tira às vezes para comer também aqui mesmo na comunidade, às vezes nós vende aqui dentro da comunidade um pouco de turu, né” (M. Antonio, 34 anos)

“Caranguejo, tiro turu também mas é para vender, quando dá certo a gente tira, olha a gente pega o camarão só para o consumo mesmo, só pra comer, pra vender a gente não trabalha com camarão para venda não [...] e siri a gente só pega para comer e madeira” (F. Almeida, 30 anos)

“[...] fui tira no manguezal ananin, porque na terra mesmo não tem mais, acabaram com tudo, não tem mais, não existe mais madeira, sempre tiro caranguejo pra comer não para negócio [...] até caramujo a gente junta, tem muito, a gente tira para comer [...] coloco curral para pega peixe, todo ano eu colocava” (R. Lima, 73 anos).

A imagem 17 demonstra uma atividade típica das comunidades tradicionais que vivem às margens dos rios amazônicos, transportando os recursos de seu território para comercialização nos núcleos urbanos mais próximos.

---

<sup>12</sup> “Os currais são armadilhas fixadas no solo, constituídas de varas de madeira, telas de náilon, redes e cabos de amarração, construídos em regiões de mar tranquilo e de baixa declividade” (LUCENA et al., 2013)

<sup>13</sup> Utilizada na produção da farinha e carvão.

**Imagem 17: Transporte de caranguejos para a comercialização no mercado municipal de Vigia**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Já as imagens 18 e 19 denotam montarias ancoradas em um pequeno curso de água dentro do manguezal do Cacau, utilizados para a pesca de subsistência e em pequena quantidade para a venda em Vigia de Nazaré.

**Imagem 18 e 19: Canoas ou “montaria”<sup>14</sup> utilizadas para a pesca no manguezal**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

---

<sup>14</sup> Pequena canoa feita de um tronco escavado de uma espécie arbórea da terra firme da própria comunidade, que é muito utilizado pelos ribeirinhos da Amazônia (DALMÁCIO, 2008).

A tabela 01 quantifica o número de entrevistados (TOTAL de 14), dos quais 12 afirmaram utiliza o manguezal e apenas 2 disseram não.

**Tabela 01: Números de entrevistados que disseram sim ou não ao uso do manguezal**

<b>Você já utilizou o Manguezal?</b>	<b>Total</b>
Sim	12
Não	2
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

**Fonte:** Elaborado pelas autoras deste estudo a partir dos dados da pesquisa realizada (2016).

A tabela 02 expressa a relação dos moradores entrevistados e os usos do manguezal sistematizados a partir dos relatos de cada entrevistado.

**Tabela 02: Relação dos moradores entrevistados e os usos do manguezal na Vila do Cacau**

NOME	Tempo de moradia na Vila do Cacau (anos)	Caranguejo	Turu			Peixe	Caramujo	Madeira	Nenhum
M. Campos	30	X							
M. Antônio	34	X	X			X			
D. Mescouto	26	X							
L. Almeida	31	X	X						
M. Almeida	36	X	X						
A. Ferreira	12	X							
A. Ferreira	02	X							
R. Pereira	47								X
A. Almeida	77	X	X			X			
A. Silva	10	X	X						
F. Almeida	30	X	X	X		X		X	
J. Almeida	48	X	X		X				
A. Santos	03								X
R. Lima	24	X				X	X	X	

Fonte: Elaborado pelas autoras deste estudo a partir dos dados coletados da pesquisa (2016).

Conforme a tabela 01 e o gráfico 01 (a seguir) revela que 86% dos entrevistados dizem utilizar algum recurso do manguezal, em contrapartida 14% afirmam não utilizar.

Gráfico 01: Expressa a porcentagem embasada nos dados coletados *in loco* da pesquisa, sobre a utilização dos recursos do manguezal



Fonte: Elaborado pelas autoras deste estudo a partir dos dados da pesquisa (2016).

Observa-se que todos os moradores utilizam a área do manguezal, mesmo não afirmando durante as entrevistas e formulários, haja vista a presença de uma ponte de madeira (imagem 20), cortando o ecossistema de manguezal, que liga a terra firme (onde estão as residências) até a margem do rio Tauapará, onde os moradores circulam diariamente para chegar no porto (imagem 21) da comunidade. Ao chegar no porto da Vila cada morador paga R\$ 2 reais por viagem até Vigia de Nazaré.

**Imagem 20: Ponte atravessando o manguezal**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

**Imagem 21: Porto da comunidade e o barco responsável pelo transporte até Vigia**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Da mesma forma, os moradores utilizam o manguezal para circulação através de uma estrada, aberta recentemente, que também atravessa o ecossistema em questão como mostra as imagens 22 e 23.

**Imagens 22 e 23: Estrada aberta dentro do manguezal**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Com isso, nota-se que as comunidades localizadas na confluência do continente com oceano, tem seu sustento garantido, na sua grande maioria, pelos recursos biológicos retirados do ecossistema costeiro manguezal. Haja vista que, o elevado potencial biológico destas áreas representam um papel ecológico, social, econômico e cultural para as populações tradicionais ribeirinhas dependentes de tais recursos (SCHAEFFER-NOVELLI, 1989 apud MACIEL, 2009).

Por fim, “nos leva a perceber a existência de uma heterogeneidade na forma como esses recursos são apropriados e utilizados, além de que, as formas de apropriação são estabelecidas de acordo com as necessidades e os estilos de vida” (MACIEL, 2009, p. 30).

### **2.5.2 Terra firme**

A região amazônica viveu um processo histórico de colonização durante os séculos XVI e XVII com as missões religiosas e, posteriormente, com a economia da borracha no século XIX, assim como a vinda de migrantes nordestinos na década de 40 do século XX. Vale ressaltar que, todos esses acontecimentos ocorreram principalmente nas florestas de terra firme, onde o extrativismo era o primordial eixo econômico da época (PORRO, 1996 apud PEREIRA, 2011, p. 119).

Segundo Pereira (2011), a floresta amazônica detinha determinados usos, os quais muitos eram realizados nas florestas de terra firme. Esses usos estavam ligados basicamente na extração de látex da seringueira e do extrativismo vegetal como a extração de castanha, copaíba e Amapá. Tais usos, ainda são realizados em comunidades ribeirinhas, quilombolas e rurais, mas numa escala menor.

Para Aubertin (2000) e Neves (2005),

a agricultura, quando existente, se resumia à produção de farinha de mandioca para o auto-consumo, tendo em vista que os produtos do extrativismo significavam retorno financeiro muito mais rápido, e ainda havia alta demanda (AUBERTIN, 2000; NEVES, 2005 apud PEREIRA, 2011, p. 119).

Desta forma, quando a agricultura era realizada em áreas de terra firme os riscos eram menores do que nas florestas de várzea. Haja vista que, “tanto em ambiente de várzea quanto em terra firme, as áreas de cultivo seguem em padrão espacialização que tende a situá-las nas margens dos cursos d’água” (PEREIRA, 2011, p. 128). Essa localização dará facilidades ao acesso de transporte da produção.

Além disso, outras atividades são desenvolvidas nas florestas de terra firme, como a extração de madeiras. Para Barros e Christopher (1997), essas florestas são consideradas ricas em espécies e nela há uma predominância de madeiras duras, as quais são mais valorizadas para a comercialização.

Segundo Barros e Christopher (1997, p. 17), “essas madeiras eram exploradas, retiradas do interior da floresta e levadas até a beira de um rio ou de uma estrada a uma distância média de 10 km, por equipes de cinco homens com moto serras”. As madeiras de terra firme são de alta densidade e, por isso, não podem ser levadas por jangadas.

Assim como a região amazônica passou por um processo histórico de colonização, decorridos principalmente nas florestas de terra firme, podemos ressaltar a comunidade quilombola do Cacau, no município de Colares- Pará, onde toda sua construção histórica, cultural, econômica e política também foram assentadas na floresta de terra firme da comunidade.

A floresta de terra firme da Vila do Cacau já sofreu vários usos, muitos são desenvolvidos até hoje pelos moradores da comunidade. Outros ficaram no tempo ou na paisagem da vila, contadas por meio das entrevistas junto aos moradores e observadas *in loco*.

Na Vila do Cacau os moradores fazem uso da floresta como local de suas residências. Além de extraírem a madeira, eles também recolhem as palhas para a construção de suas casas, as imagens (24 e 25) retratam dois recursos naturais da terra firme sendo utilizados para a subsistência dos moradores.

**Imagens 24 e 25: Moradias construídas com o recurso natural da terra firme**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Outra atividade desenvolvida por eles é a extração da madeira para a fabricação do carvão (imagem 26). A madeira quando extraída é levada ao forno (imagem 27), esse forno é forrado com folha de banana ou sororoca e a lenha que é colocada em cima. Dependendo do tamanho do forno são colocados 4 suspiros, 3 acima e 1 embaixo para a saída da fumaça, os suspiros só vão ser tampados quando o fogo estiver ligado na madeira. Depois de feito, o carvão só vai poder ser recolhido do forno depois de 3 a 4 dias, pronto para ensacá-lo e vendê-lo.

**Imagem 26: Madeira extraída para a fabricação do carvão**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

**Imagem 27: O forno para a fabricação do carvão**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Dentre esses usos que fazem da madeira, os moradores já a utilizaram para a construção da ponte que dá acesso a comunidade. A fala de um morador da Vila do Cacau ressalta isso:

“[...] aí quando foi um dia eu fiz uma reunião com o pessoal aí, bora lá fazer uma ponte de tábua, ao menos numa tábua que fosse, nós tiramos uma tábua mais ou menos desse tamanho [...] e nessa época nós fomos pro mato, e eu sempre cerrava, cerrava com cerrotão [...] e tinha muita madeira aqui né, nessa época, trabalhando, trabalhando, nós tiramos as tábuas né, era estreita mas melhorou muito, nós não pisava mais na lama [...] era copiúba, era sucupira, esses paus assim com mais durabilidade né, aí nós formamos aí, nós fizemos a ponte” (R. Lima, 73 anos).

A imagem (28) mostra a ponte erguida com tábuas retiradas das madeiras, extraídas pelos moradores da Vila do Cacau na floresta de terra firme. Além da madeira, os moradores utilizam o aterro (imagem 29) da floresta de terra firme para a abertura da estrada (imagem 30) que dá acesso a comunidade, essa estrada corta o ecossistema de manguezal até a terra firme.

**Imagem 28: Ponte construída com madeiras da Vila do Cacau**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

**Imagens 29 e 30: O aterro da terra firme sendo utilizado para a abertura da estrada**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Outro uso importante do geossistema é a roça, essa atividade é realizada há bastante tempo pelos moradores da Vila do Cacau, considerada uma prática predominante na comunidade. Segundo Robert et al. (2012), essas práticas tradicionais continuam sendo manejadas, onde a maior parte dos alimentos básicos são derivados da agricultura tradicional das roças e quintais.

Na Vila do Cacau para a roça ser cultivada os moradores realizam o corte e a queima de algumas áreas da terra firme (imagens 31 e 32). Essas áreas serão utilizadas para as novas roças, estas “são abertas preferencialmente em floresta fechada” (ROBERT et al., p. 348, 2012). As novas roças são ricas e apresentam uma diversidade de plantas cultivadas, como a mandioca, a macaxeira, o milho, o jerimum, a melancia e entre outros.

**Imagens 31 e 32: Áreas de terra firmes desmatadas e queimadas para o cultivo da roça.**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Vale ressaltar que, na Vila do Cacau há um conjunto de pessoas aparentadas que trabalham juntas na mesma roça. Essas roças (imagem 33) estão situadas, principalmente, nas proximidades da comunidade, onde sua reprodução é simplificada, com um ambiente florestal que as envolvem. As extensões de mandioca ocupam um lugar cada vez maior nas roças e na alimentação dos moradores.

**Imagem 33: Roça com plantação de mandioca**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Deste modo, o principal cultivo dos moradores da vila do Cacao é a mandioca (imagem 34), quando colhida a mandioca é levada para um recipiente com água, onde ficará 3 dias para que sua casca seja amolecida, retirada sua casca, a mandioca é colocada novamente num recipiente onde será amassada ou pilada (imagem 35), formando uma massa. Essa massa é posta no tipiti<sup>15</sup>, que retira todo seu líquido. Quando a massa é retirada do tipiti é colocada em uma peneira. Depois de peneirada, é levada ao forno onde será cozida e torrada, pronta para o consumo.

**Imagens 34 e 35: A mandioca colhida e depois ela sendo pilada**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

---

<sup>15</sup> É uma espécie de prensa tecida com tala de arumã (guarumã) que serve para espremer a mandioca.

**Imagens 36 e 37: Mandioca sendo peneirada e depois ela sendo cozida.**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

As imagens 36 e 37 mostram o processo que é feito com a mandioca depois de amassada ou pilada, e quando é levada ao forno para o cozimento da massa e para a torração.

A imagem 38 destaca o tipiti sendo confeccionado pelo um morador da Vila do Cacau, essa prática é comum na comunidade. É do caule do arumã, conhecido popularmente como guarumã, que são retiradas as talas (imagem 39) para a produção do objeto.

**Imagens 38 e 39: Morador utilizando o guarumã para a confecção do tipiti**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Durante as entrevistas e as aplicações de formulários, os moradores da Vila do Cacau demonstraram um contentamento quando relataram que seus trabalhos são realizados na comunidade e como eles realmente fazem uso da terra firme. Essas expressões são vistas nas falas dos moradores da seguinte forma:

“eu trabalho na roça, com a mandioca, jerimum, o milho, a melancia, a gente planta tudo, feijão... aqui nós tem uma terra muito grande [...] a terra é nossa [...] mas isso é uma terra boa” (A. Almeida, 77 anos)

“a gente planta, planta roça mas primeiro tem que trabalhar, senão, não sai, faz a farinha e vai vender pra cidade, não é só plantar aí, é capinar, pra começar tem que roçar” (A. Ferreira, 37 anos)

“[...] trabalho em roça, é carvão, é tudo, a madeira é tirada daqui mesmo” (F. Almeida, 30 anos)

“eu trabalho com isso é farinha, é roça, eu planto, faço farinha, faço carvão e de tudo eu faço” (M. Almeida, 47 anos).

Diante disso, Gomes e Pires (2011 apud AVIZ; PINHEIRO, 2013) ressaltam que esses diversos usos produzem um território de valores, de significados, representados por uma identidade própria do homem do campo. Na Vila do Cacau essa identidade é peculiar, simbólica, retratada na paisagem e construída no território da comunidade.

A tabela 03 quantifica os números de entrevistados (TOTAL de 14), sendo que todos os entrevistados afirmaram utilizar a terra firme.

**Tabela 03: Números de entrevistados que disseram sim ou não ao uso da terra firme**

<b>Você já utilizou a terra firme?</b>	<b>Total</b>
Sim	14
Não	0
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Elaborado pelas autoras deste estudo a partir dos dados da pesquisa realizada (2016).

A tabela 04 expressa a relação dos moradores entrevistados e os principais usos que fazem do geossistema de terra firme da comunidade.

Tabela 04: Relação dos moradores entrevistados e os usos da terra firme na Vila do Cacau.

Nome	Tempo de moradia na Vila do Cacau (anos)	Madeira	Roça	Carvão	Moradia	Nenhum
M. Campos	30	✓	✓	✓	✓	
M. Antônio	34	✓	✓		✓	
D. Mescouto	26	✓	✓	✓	✓	
L. Almeida	31	✓	✓		✓	
M. Almeida	36	✓	✓	✓	✓	
A. Ferreira	12	✓	✓		✓	
A. Ferreira	02	✓	✓		✓	
R. Pereira	47	✓	✓	✓	✓	
A. Almeida	77	✓	✓		✓	
A. Silva	10	✓	✓		✓	
F. Almeida	30	✓	✓	✓	✓	
J. Almeida	48	✓	✓		✓	
A. Santos	03	✓	✓	✓	✓	
R. Lima	24	✓	✓		✓	

Fonte: Elaborada pelas autoras deste estudo a partir dos Dados da pesquisa (2016).

De acordo com a tabela 04 e o gráfico 02 (a seguir) observa-se que 100% dos entrevistados utilizam a terra firme. Independente da forma que utilizam, mas todos fazem uso desse geossistema.

Gráfico 02: Expressa a porcentagem embasada nos dados coletados *in lócus* da pesquisa, sobre a utilização dos recursos da terra firme.



Fonte: Elaborado pelas autoras deste estudo a partir dos dados da pesquisa realizada (2016).

Portanto, é notável que todos esses usos vêm reforçar a interação do homem com a natureza através de seus recursos, toda essa dinâmica é refletida no funcionamento do território, sendo modificado e representado na paisagem, como é o caso da Vila do Cacau.

### 2.5.3 Campos

Os campos equatoriais higrófilos representam grande parte do município de Colares e, principalmente, na área de estudo, a Vila do Cacau. Novamente, vale ressaltar que os campos equatoriais higrófilos apresentam uma fisionomia campestre uniforme, caracterizada por solos Podzol Hidromórficos e as areias Quartzosas hidromórficas. Além desses solos, podemos encontrar os Espodossolo Ferrocárbico hidromórfico arênico A e o Neossolo Quartzarênico hidromórfico A, situados em relevo plano (SILVA et al., 1999).

Segundo Silva et al. (1999), esses solos possuem uma fertilidade natural baixa não indicando uma boa qualidade para a utilização agrícola. Desta forma, são considerados um ecossistema frágil, sendo mais adequados à preservação. Porém, por apresentarem uma textura, predominantemente arenosa, esses solos são utilizados para a construção de casa.

Na Vila do Cacau os moradores fazem uso desses campos por meio da caça e da extração de areia, esses usos foram identificados ao longo das observações, entrevistas e aplicação de formulários junto aos moradores da vila, como é representado na tabela 05 e 06.

Alguns moradores ressaltam os usos dos campos da seguinte forma:

“O que nós tira de lá, é mais areia pra cá pra dentro da comunidade” (M. Antônio, 34 anos)

“É só a areia de lá pra se fazer as casas” (L. Almeida, 31 anos)

“Nessa área tudinho, caçava, e bem. Pegava tatu, veado, paca, cutia, capivara, inclusive até pegamo um filho de veado mas já faz um dois anos aí, eu soltei, foi embora, tá aí pelo mato, era muita gente que vinha ver esse veado” (J. Almeida, 67 anos)

“Caço e sempre caço, eu tenho até espingarda, aqui próximo tem muita caça, tem capivara, tem paca, tem veado [...]” (R. Lima, 73 anos).

Assim, alguns moradores relatam que fazem uso de utensílios como baldes, enxadas e pás para extraírem a areia dos campos, e as levam com os carros de mão até suas casas. A imagem (40) mostra as “marcas” desses utensílios e a areia que é amontoadada.

**Imagem 40: Extração de areia dos campos equatoriais higrófilos**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Outros moradores retiram a areia e levam para as suas casas colocando-as na frente de suas residências, ficando amontoadas e cobrindo-as com algumas folhas de açazeiro, essa prática é para evitar crianças e animais subam na areia e as espalhe, a imagem (41) retrata isso.

**Imagem 41: A areia dos campos nas residências da comunidade**



Fonte: Acervo pessoal das autoras.

A tabela 05 quantifica o número de entrevistados (TOTAL de 14), dos quais 10 afirmaram que fazem uso dos campos e 4 disseram que não utilizam esse geossistema.

**Tabela 05: Números de entrevistados que disseram sim ou não ao uso do campos.**

<b>Você já utilizou os Campos?</b>	<b>Total</b>
Sim	10
Não	4
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

Fonte: Elaborada pelas autoras do estudo a partir dos dados da pesquisa (2016).

A tabela 06 demonstra a relação dos moradores entrevistados e os usos dos campos equatoriais higrófilos, estruturada a partir de cada entrevistado.

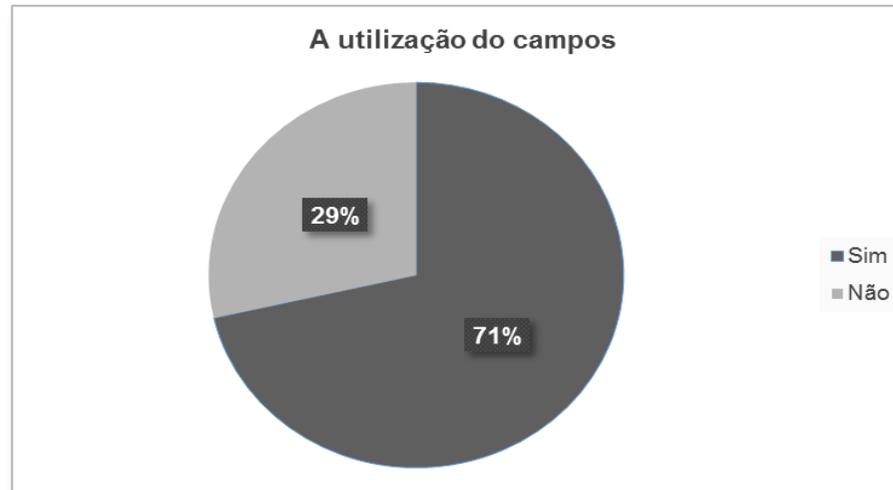
Tabela 06: Relação dos moradores entrevistados e os usos do campos da Vila do Cacau

Nome	Tempo de moradia na Vila do Cacau (ano)	Caça	Areia	Nenhum
M. Campos	30		✓	
M. Antônio	34		✓	
D. Mescouto	26			✓
L. Almeida	31		✓	
M. Almeida	36		✓	
A. Ferreira	12		✓	
A. Ferreira	02			✓
R. Pereira	47			✓
A. Almeida	77		✓	
A. Silva	10		✓	
F. Almeida	30		✓	
J. Almeida	48	✓		
A. Santos	03			✓
R. Lima	24	✓		

Fonte: Elaborado pelas autoras deste estudo a partir dos dados coletados durante a pesquisa (2016).

De acordo com a tabela 05 e o gráfico 03 (a seguir) informa que 71% dos entrevistados fazem uso dos campos, em compensação 29% disseram que não utilizam ou nunca utilizaram os campos.

**Gráfico 03: Expressa a porcentagem embasada nos dados da pesquisa coletados *in loco*, sobre a utilização dos recursos do campos**



Fonte: Estruturado pelas autoras deste estudo a partir dos dados de pesquisa coletados (2016).

Vale ressaltar que, algumas áreas dos campos da Vila do Cacau já foram utilizadas para locais de pastagens e criações de bois além da instalação de uma empresa palmeira. Segundo Almeida (2005), a área da empresa correspondia aproximadamente 14.446 hectares, e para a sua valorização e ocupação construiu cercas e derrubou a mata.

Hoje essas áreas de campos que deram lugar às pastagens ainda estão presentes na comunidade da Vila do Cacau, como o capim Tanzânia que foi semeado e plantado e ainda é encontrado predominando grande parte desses campos. A imagem 42 retrata como essas áreas estão permanentes.

**Imagem 42: Capim Tanzânia**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Ressaltamos que essas áreas são utilizadas por alguns moradores, os quais usam para a caça de animais como já foi informado por moradores da Vila do Cacau por meio das entrevistas.

Além desses principais usos, a areia dos campos é utilizada para o campinho de futebol da comunidade. Um espaço de lazer e de diversão dos moradores da Vila do Cacau.

**Imagem 43: A areia dos campos no campinho de futebol**



Fonte: Arquivo pessoal das autoras (2016).

Afinal, esses usos acompanham os recursos oferecidos pela natureza e essas comunidades tradicionais, em especial a Vila do Cacau, respondem progressivamente as formas de como usam e manejam o geossistema oferecido.

### **3 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS: A RELEVÂNCIA DA EXISTÊNCIA E EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM ÁREAS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS**

#### **3.1 Impactos socioambientais a partir dos usos dos recursos naturais no manguezal, terra firme e campos.**

Desde o século XIX, a Comunidade Quilombola do Cacau vem passando por mudanças, essas transformações são apreciadas na paisagem numa escala de tempo e espaço. Essa paisagem ganha relevância principalmente pelo aspecto histórico, onde a comunidade foi lugar de refúgio de muitos escravos que foram trazidos ao Brasil, em especial a Vila do Cacau, como mão-de-obra do grande Barão de Guajará. Vale ressaltar que, até hoje há resquícios dessa história na paisagem da comunidade, onde são percebidas por meio dos relatos de alguns moradores e também das formas materiais construídas no passado e que hoje são elementos que fazem parte desse conjunto, da paisagem da Vila do Cacau.

Além disso, a comunidade expressa sua historicidade através da cultura intermediada pela própria paisagem. O carimbó, a roça, a religiosidade são particularidades desse povo, e cada uma dessas características conforma uma representação de identidade, ligadas à própria ocupação e o uso do território.

A comunidade quilombola do cacau, como comunidade tradicional acompanha padrões oferecidos pela natureza, principalmente nas atividades que desenvolvem de base de subsistência. De tal modo, que a paisagem para eles é tida como entidade espacial e visual. Assim como, a relação com ecossistema envolvente é de dependência, devido a disponibilidade dos recursos naturais e a natureza.

Desta forma, enquanto território quilombola a comunidade ocupa a região há muito tempo como área de uso comunitário. Os moradores apresentam uma relação entre propriedade, trabalho e família, pautando-se, sobretudo, na agricultura familiar e no extrativismo animal e vegetal.

Essas atividades são desenvolvidas em três ecossistemas da comunidade: a terra firme, o manguezal e os campos. Os três pertencem a uma unidade de paisagem inferior considerada como um geossistema. É nele onde encontramos os elementos contidos na paisagem e os fenômenos naturais e antrópicos.

Os recursos retirados desses ecossistemas são, em sua maioria, de base de subsistência, os quais são extraídos como necessidade do sistema produtivo da comunidade. Esse sistema se materializa na paisagem por meio dos processos que se estruturam no meio natural da Vila do Cacau. Deste modo, alguns impactos ambientais são observados na paisagem da comunidade, todos relacionados aos usos dos moradores referentes a cada ecossistema. Assim, o ambiente é alterado devido às variadas formas de uso. Esses usos modificam as estruturas físicas e químicas dos solos, danificando também a cobertura vegetal e os componentes bióticos e abióticos dos ecossistemas.

Na terra firme os impactos estão ligados ao desmatamento e a queimada, estas ações são realizadas pelos próprios moradores, devido aos usos que fazem desse ecossistema, tais como: a produção da agricultura, principalmente da roça, a fabricação do carvão e construção de casas.

Vale ressaltar que o uso do fogo<sup>16</sup>, em propriedades, só é legal quando o cidadão procura antes o órgão ambiental local, a exemplo a unidade do IBAMA<sup>17</sup> mais próxima, antes de atear fogo em seu imóvel.

Essa técnica é utilizada pelos moradores para atender suas necessidades, e também por ser considerada comum na comunidade. Os remanescentes não veem como uma ação de degradação ao meio ambiente e sim como uma prática eficiente com finalidades, como “o aumento da disponibilidade de nutrientes no solo e, conseqüentemente, da sua capacidade produtiva; redução da incidência de pragas, de doenças [...]” (MESQUITA, 2010, p. 6).

Os usos dos recursos da terra firme são usados indiscriminadamente, uma vez que não existem critérios para a seleção de espécies vegetais a serem derrubadas e queimadas para produção do carvão e da plantação de roça.

Recentemente, a comunidade desmatou uma área para a retirada de areia para a abertura de uma estrada, essa estrada dá acesso à Vila e a outras áreas ao entorno da comunidade. Haja vista que, a estrada está inserida entre a terra firme e o ecossistema de manguezal, sendo que essa iniciativa foi por parte dos moradores e remanescentes quilombolas do Cacau, pois os mesmos ajudaram a desmatar essa área e também a espalhar a terra para o abrimento da estrada. Entretanto, para que o projeto da estrada fosse executado era necessário um alvará dos órgãos responsáveis que deliberasse, porém a Secretária Municipal do Meio Ambiente (SEMA) não permitiu, devido a área apresentar pequenos cursos de rios e, principalmente, pela existência do ecossistema de manguezal.

Os moradores alegam que essa estrada trará à comunidade um progresso, além de facilitar a circulação por parte dos residentes e também dos visitantes, trará desenvolvimento econômico. Além disso, o manguezal sofre com esse projeto devido o desmatamento de grande parte desse ecossistema. Assim, SEMADS (2001) destaca que:

O corte da vegetação de mangue, além de destruir a flora, expõe o sedimento ao sol provocando ressecamento e a salinização do substrato resultando na morte de caranguejos e mariscos, como também afetando a produtividade e a pesca de caranguejos, camarões e peixes (SEMADS, 2001, p. 20)

Logo, os moradores serão afetados devido à atividade que desenvolvem no ecossistema tanto de base de subsistência como de prática econômica.

Do mesmo modo que o desmatamento, o manguezal é aterrado para a abertura da estrada e essa ação provoca danos irreversíveis ligados aos fatores bióticos e abióticos do ecossistema. Novamente, SEMADS (2001) pontua sobre esse dispêndio:

- morte da maioria dos animais (crustáceos, moluscos e poliquetas) que vivem no sedimento, através de alterações de sua estrutura. Dependendo da espessura da camada de aterro nenhum animal consegue sobreviver; - alteração do padrão de circulação das águas nos manguezais que podem em última instância provocar a sua perda; - aceleração da sedimentação, a qual interferirá na reciclagem dos nutrientes e na troca de gases, devido ao entupimento das lenticelas dos rizóforos e pneumatóforos, podendo causar a mortalidade no bosque (CARMO, 1995 apud SEMADS, 2001, p. 24).

---

<sup>16</sup> O uso do fogo é disciplinado pela Portaria/IBAMA/ n. 231/88, de 08/08/1988, que regulamenta o Código Florestal Brasileiro.

<sup>17</sup> Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais.

Acredita-se que os moradores não apresentam uma consciência sustentável, sobre esses recursos encontrados em cada ecossistema da comunidade. Essa atitude estaria ligada a não valorização dessas áreas devido ao não conhecimento sobre essas determinadas ações.

Nas áreas de campos da comunidade há presença de erosões com solos empobrecidos, em algumas áreas, devido aos usos que realizam no ecossistema. Além disso, há áreas com vegetação secundária, impulsionadas pelas plantações de palmito e também de criações de bois. Ambas vindas de um período histórico da comunidade.

Assim como no ecossistema de terra firme e de manguezal, os campos apresentam fatores químicos e biológicos importantes para a estabilidade do mesmo. É importante que os moradores partam de uma consciência de valorização dos recursos de cada um, para que esses recursos e os usos sejam perpetuados por suas gerações.

### **3.2 O ontem e hoje das políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais: a experiência da comunidade Vila do Cacau.**

Com a Constituição Federal Brasileira de 1988, povos e comunidades tradicionais (PCTs) conquistaram direito jurídico sobre as áreas tradicionalmente ocupadas, e ainda o dever do Estado-Nação a criar e implementar políticas públicas, tendo em vista o desenvolvimento desses povos. Considerando que os PCTs apresentam modo de vida, práticas de produção rudimentares ligadas à terra para sua sobrevivência torna-se indispensável, resultando na “sua inserção no desenvolvimento de projetos e políticas” (NAVAL et al., 2014, p. 147).

Em seu artigo 231, a Constituição aponta que “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” e, na mesma Constituição, dando o direito “aos remanescentes dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Art. 68 do ADCT).

Em contrapartida, é notório um número significativo de comunidades tradicionais, que não possuem direito jurídico sobre as terras ocupadas, como é o caso da comunidade de remanescentes quilombolas do Cacau/Colares-PA. A comunidade quilombola em questão está com o processo em andamento de titulação das terras na fase de decreto<sup>18</sup> do DOU (Diário oficial da União), sendo de responsabilidade do presidente do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) realizar a outorga de titulação coletiva das terras quilombolas.

Além disso, a constituição de 1988, nos artigos 215<sup>19</sup> e 216<sup>20</sup>, legitima às comunidades tradicionais o direito de preservação de sua própria cultura, por meio de políticas públicas em prol da valorização ético-cultural das comunidades. Desta forma, nota-se nos incisos

---

<sup>18</sup> Decreto presidencial de desapropriação, onde os imóveis serão vistoriados e avaliados conforme os preços de mercado, pagando-se sempre previamente e em dinheiro a terra nua, no caso dos títulos válidos, e as benfeitorias.

<sup>19</sup> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (BRASIL, 1988).

<sup>20</sup> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 1988).

primeiros de cada artigo a função delegada ao Estado para a execução desta política. Com base nisto, analisou-se a comunidade do Cacau, que foi beneficiada com 13 cursos (oficinas) de curto prazo ministrados pela Fundação “Curro Velho”<sup>21</sup>, dos quais destacam-se os cursos de música e dança.

A partir das oficinas de música ofertadas pela fundação curro velho (idealizada pelo governo do Estado) surgiu na Vila do Cacau o grupo de carimbó<sup>22</sup> raízes do Cacau liderado pelo R. Lima (73 anos). O grupo de carimbó raízes do Cacau (imagem 44) foi criado em 27/06/2003 com intuito de preservar e propagar, de geração em geração, traços da cultura paraense.

**Imagem 44: Quadro do grupo de carimbó raízes do Cacau.**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

O grupo de carimbó raízes do Cacau continua até hoje sobre a tutela do seu R. Lima, mas por falta de incentivos financeiros, tanto para a confecção de novos instrumentos, quanto para formação de novos músicos, encontra-se sem perspectiva de permanência. Sendo esse, o único meio mais conciso de manifestação cultural da Vila do Cacau.

Por conseguinte, embasado no guia de políticas públicas para comunidades quilombolas (2013), esse sendo uma ferramenta de orientação para os remanescentes de quilombo sobre seus direitos perante a lei, analisou-se a infraestrutura e a qualidade de vida dos remanescentes quilombolas do Cacau, isto é, analisou-se a existência de projetos voltados para o abastecimento de água, habitação rural e luz elétrica.

---

<sup>21</sup> “O Curro Velho foi restaurado e adaptado em 1991 para sediar um núcleo de formação e qualificação em educação não formal. O NÚCLEO DE OFICINAS CURRO VELHO, voltado prioritariamente para um público de estudantes de escola pública, populações de baixa renda e comunidades tradicionais – quilombolas, indígenas, e ribeirinhas” (PARÁ, 2016).

<sup>22</sup> Dança típica do Estado do Pará, esta criada pelos índios Tupinambá.

Com isso, constatou-se a existência de duas caixas d'água com elevado (imagem 45), no Cacau especialmente, uma foi implantada pelo programa raízes<sup>23</sup> e a outra doada por um italiano. Já no quesito habitação, a Vila está sendo contemplada com a construção de cerca de vinte e uma (21) casas pelo programa “Minha casa, minha vida”.

**Imagem 45: Caixas d'água com elevado no Cacau.**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

O programa “Minha casa, minha vida” tem o objetivo de promover o desenvolvimento local e regional das comunidades quilombolas mediante um acordo entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Caixa Econômica Federal.

O programa “Luz para todos” (Decreto nº. 7520/2011) contemplou a comunidade no início do ano 2018, haja vista que a meta do Ministério das Minas e Energia, através do programa “Luz para todos”, era de “levar energia elétrica até 2014 à parcela da população do meio rural que não possui acesso a esse serviço público” (SEPPIR, 2013, p. 29).

---

<sup>23</sup> O Programa Raízes foi criado pelo governo do Pará em 12 de maio de 2000, pelo Decreto Nº 4.054, com intuito de articular a deliberação de recursos, dentro do governo do Estado, para atender as demandas dos povos indígenas e das comunidades quilombolas (PARÁ, 2000).

Vale ressaltar, que segundo os moradores entrevistados do Cacau, a energia irá trazer uma qualidade de vida e possibilidades de complementação da renda, sendo esse pensamento o objetivo desta política pública “utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar” (SEPPPIR, 2013, p. 29).

E também, a comunidade foi contemplada com a construção de uma ponte de madeira ligando a terra firme até o porto da Vila, nas margens do Tauapará. A ponte foi construída pelo governo estadual entre os anos de 2007 e 2011, possibilitando uma melhor circulação das crianças que estudam em Vigia de Nazaré (município vizinho) e moradores/vendedores de caranguejo, turu, peixes, camarão, carvão, farinha entre outros produtos. E, atualmente, foi aberta uma estrada paralela à ponte, essa estrada teve ajuda financeira por parte de um capital privado, assim como, os moradores contribuíram com sua força de trabalho e também colaboraram, financeiramente, com a compra de óleo para os maquinários do Estado cedidos por intermédio da Prefeitura Municipal de Colares.

Ademais, o guia de políticas para comunidades quilombolas pauta projetos sobre desenvolvimento local e inclusão produtiva, mediante a isso e relatos dos entrevistados analisou-se as políticas deste cunho implementadas no Cacau.

Com isso, encontrou-se nas dependências da comunidade uma casa de farinha ou retiro (imagem 46) de uso coletivo dos remanescentes quilombolas, da qual a produção é destinada ao consumo e em pequena escala para a venda em Vigia, assim incrementando a renda familiar. A casa de farinha foi uma das poucas políticas impulsionadoras do desenvolvimento da Vila do Cacau, por se tratar de uma ação promotora de autonomia. Por conseguinte, cogitou-se a possibilidade de uma plantação de Cacau, que beneficiaria grande parte das famílias do território quilombola, mas não vigorou.

**Imagem 46: Casa de farinha de uso coletivo da comunidade**



Fonte: Acervo pessoal das autoras (2016).

Ressalta-se, a inexistência do selo quilombolas do Brasil na produção agrícola familiar da Vila do Cacau, este sendo uma identificação da origem do produto visando atribuir identificação cultural aos produtos de procedência quilombola. O selo é emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, “conforme as regras já existentes para o selo da agricultura familiar, com a inclusão apenas da certidão de auto-reconhecimento, fornecido pela Fundação Cultural Palmares” (SEPPPIR, 2013, p. 41).

A comunidade também foi beneficiada com o plano “Brasil sem miséria”, plano criado no ano de 2011 pela Presidente em exercício com objetivo de erradicar a pobreza e que ajudou todas as famílias da Vila do Cacau num breve período com cestas básicas, segundo os próprios moradores.

No entanto, entende-se que essa ação do plano ajudou as famílias da comunidade em um curto prazo, logo é insuficiente para erradicar a pobreza. Haja vista que, o plano está pautado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços (BRASIL, 2016). Assim, distingue-se as diretrizes documentadas pelo plano com sua aplicabilidade na Vila do Cacau.

Por fim, o quarto ponto do Guia sobre direitos e cidadania, em especial ao que trata sobre: Programa Nacional de Educação do Campo; Programa Nacional do Livro Didático – PNLD; Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE; PROCAMPO; Educação Quilombola; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC; Programa Bolsa Família – PBF; O Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚNICO; Programa Saúde da Família – PSF; Programa Saúde Bucal – PSB ; Telecentro – BR; Rádios Comunitárias; Documentação Básica e Registro Civil.

Embasado nisso, verificou-se a existência de uma escola que não se enquadra no Programa Nacional de Educação do Campo, isto é, não possui currículo e práticas educacionais voltadas para a educação quilombola, e muito menos PDDE e PROCAMPO, mas é contemplada com o Programa Nacional do Livro.

Além do mais, a maioria das famílias recebe o auxílio do Programa Bolsa Família, criado com a finalidade de atender a população de baixa renda do país.

Neste contexto, o guia de políticas públicas assegura:

famílias em situação de pobreza (renda familiar per capita de R\$ 70,01 a R\$ 140,00) e de extrema pobreza (renda familiar per capita de até R\$ 70,00). A gestão do Bolsa Família é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Podem fazer parte do Programa Bolsa Família as famílias com renda mensal de até R\$ 140 (cento e quarenta reais) por pessoa devidamente cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). (SEPPPIR, 2013, p. 50).

Já em relação ao atendimento de saúde, os moradores procuram os postos de saúde e hospitais de Vigia de Nazaré, seja para atendimento de urgência ou emergência. Assim como os documentos são emitidos nos órgãos públicos vigienses. Em relação ao CADÚNICO a maioria está cadastrado, sendo este “um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País” (BRASIL, 2014, s/p).

Portanto, verifica-se na atualidade a escassez de políticas públicas que beneficiem os moradores da comunidade quilombola do Cacau. Principalmente, porque a mesma não apresenta uma educação básica voltada para uma educação do campo e educação quilombola. A inexistência disso faz com que os moradores não tenham conhecimento sobre os seus direitos, os quais deveriam ser

exercidos pelos poder público, e não apenas com políticas que atendam provisoriamente as demandas, mas também possibilite o empoderamento dos indivíduos perante a conscientização política, econômica, social, cultural e ambiental.

Consequentemente, pela ausência e a ineficácia dessas políticas públicas, a relação entre os moradores e remanescentes quilombolas e o meio ambiente não apresenta um equilíbrio. Ou seja, não lhes é possibilitado uma melhor relação devido às carências desses serviços, como nos casos já citados, em especial a falta de uma educação voltada para o campo valorizando seus saberes tradicionais e o acesso à comunidade através da ponte.

Por essa precariedade, as ações dos moradores e remanescentes quilombolas impulsionaram a abertura da estrada juntamente com toda a problemática ambiental catastrófica, que vai ser percebido por eles no decorrer dos anos nos seus processos e nas alterações das dinâmicas ambientais do manguezal e terra firme, pois o aterro colocado no manguezal é retirado da terra firme.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a elaboração deste trabalho foi construído uma síntese de discussão sobre cada capítulo, na tentativa de compreender a pesquisa como um todo.

Nesta pesquisa foram utilizados conceitos necessários ao desenvolvimento teórico da pesquisa, iniciando com uma discussão da paisagem e suas unidades, tendo em vista que é sobre ela que as transformações são apreciadas, contidas principalmente em suas formas e nos conteúdos simbólicos do espaço geográfico.

Nessa perspectiva, a paisagem foi apreendida enquanto elemento que materializa a relação homem-natureza. E a sua utilização corroborou o fato de que a transformação, que vem ocorrendo na paisagem da comunidade quilombola da Vila do Cacau, é ocasionada através dos usos que os moradores e remanescentes fazem de cada unidade.

Desta forma, a comunidade é marcada pela ocupação do território, e o uso dos recursos naturais extraídos da floresta nativa, onde plantavam e realizavam coletas de produtos da mata, como os frutos, as madeiras, a criação de animais e a caça. Além disso, utilizam-se do território para a manifestação de sua cultura como a Festividade de Nossa Senhora do Rosário onde ofertam donativos em agradecimento à santa. E a dança, como forma de demonstrar sua resistência étnica e também de expressar sua identidade.

Entretanto, a comunidade passa por falta de incentivos voltados principalmente à valorização dessa cultura. Assim como, a ausência de políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais, destacando diretrizes que asseguram os direitos legais aos quilombolas, em especial aos remanescentes da Vila do Cacau.

Vale ressaltar que, a forma de uso dos recursos naturais está relacionada ao modo como exploram, ocupam o ambiente, assim como o impacto que exerce sobre o mesmo. Diante disso, foi possível notar a falta de manejo sustentável dos recursos naturais presentes nas três unidades de paisagem abordadas, isso se dá em decorrência da falta de orientação das entidades responsáveis, junto aos remanescentes quilombolas, acerca dos usos do território tradicional, visto que, os povos tradicionais necessitam do meio ambiente para a sobrevivência.

Portanto, para haver uma relação equilibrada entre homem e natureza na comunidade quilombola Vila do Cacau é necessária a aplicabilidade de inúmeras políticas públicas pautadas na conservação da natureza e da identidade étnico-cultural dessa comunidade, assim amenizando os impactos socioambientais e contribuindo para a sobrevivência dos ex-escravos no território municipal de Colares-PA.

## REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. Fundamentos da geomorfologia costeira do Brasil Atlântico inter e subtropical. Revista Brasileira de geomorfologia, vol. 1, nº 1, p. 27-43, 2000.
- ALMEIDA, J. R.; SUGUIO, K. Caracterização geoambiental dos manguezais brasileiros e suas potencialidades para o ecoturismo. Revista Nordestina de Ecoturismo, Aquidabã, v. 4, nº 1, p. 05-19, 2011.
- ALMEIDA, W. Tauaparã. Vigia de Nazaré: Autor, 2005.
- AMORIM, R.R; OLIVEIRA, R. C. As unidades de paisagem como uma categoria de análise geográfica: o exemplo do município de São Vicente-SP. Revista Sociedade & Natureza – Uberlândia – 20, p. 177-198, Dezembro, 2008.
- ARRUDA, Rinaldo S. V. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidade de Conservação. Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 - 2º Semestre de 1999.
- ARRUDA, Rinaldo S. V. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidade de Conservação. In: Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Antônio Carlos Diegues (org) Nupaub – VSP, HUCITEC, 2 ed. 2000.
- AVIZ, Fernanda Regina Silva de, Revista; PINHEIRO, Márcio Fernando Duarte. Revista GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.537-554, 2013.
- BARBOSA, Estêvão José da Silva. Unidades de Relevô em Zona costeira Estuarina: Município de Colares e Santo Antônio do Tauá (PA). Dissertação (Mestrado em geografia) apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGEO- – Universidade Federal do Pará. Belém, 2007.
- BARROS, Ana Cristina; CHRISTOPHER, Vhl. Padrões, Problemas e Potencial da Extração Madeireira ao longo do rio Amazonas e do seu estuário. Sêru Amazônia nº 04 – Belém: Imazon, 1997.
- BERRÍOS, Rolando. Planificação e Planejamento Ambiental no Brasil. Geografia e Questão Ambiental. Terra Livre 3, p. 55-63. 1988.
- BERTRAND, C. G. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Org.: Messias Modesto dos Passos. Maringá: Massoni, 2009.

BERTRANDT, G.; BERTRANDT, C. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Organizador: Messias Modesto dos Passos. Maringá: Ed Massoni, 2007.

BRAGA, Ricardo Augusto Pessoa. Avaliação de Impactos Ambientais: uma abordagem sistêmica. Revista Terra Livre, São Paulo, n. 3, p. 64-73. 1988.

BRASIL. CadÚnico. Portal Brasil: publicado 02/03/2010 e modificado dia 28/07/2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/03/cadunico>. Acesso em 30 de out. de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Artigo 215 da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%201940>. Acesso em 31 de out. de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%201940>. Acesso em 31 de out. de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10643688/artigo-231-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em 31 de out. de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). (Art. 68). In: \_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoFederal.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BRASIL. Decreto nº 4.887 de 20 de Novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10979946/paragrafo-2-artigo-2-do-decreto-n-4887-de-20-de-novembro-de-2003>. Acesso em 20 de set. de 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.040 de 07 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e comunidades tradicionais. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10840334/artigo-3-do-decreto-n-6040-de-07-de-fevereiro-de-2007>. Acesso em 20 de set. de 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria no seu Estado. Relatório de atividades. Brasília, 12 de maio de 2016.

- BRITTO, Monique Cristine de; FERREIRA, Cássia de Castro Martins. Paisagem e as diferentes abordagens geográficas. Revista de Geografia - PPGEIO - v. 2, nº 1, 2011, p.1-10.
- CARNEIRO, Vilany Matilla Colares. Composição florística e análise estrutural da floresta primária de terra firme na bacia do rio cueiras, Manaus – AM. 2004.
- CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.C.; CORRÊA, R. L. C. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. Modelagem de Sistemas Ambientais. São Paulo: Edgard Blücher. 1999. 236 p.
- COSTA, Jailton de Jesus; FONTES, Aracy Losano; SOUZA, Rosemeri Melo. O GTP (Geossistema/Território/Paisagem) na Planície Costeira Sergipana, Brasil. In: Revista Geonorte, Ed. Especial, v.1, n. 4, p. 46 – 58, 2012.
- DALBEM, Rafaela Pacheco et al. Delimitação de unidades de paisagem: conceito e método aplicados ao município de Paranaguá/PR/Brasil. In: Anais do XI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada – 05 a 09 de setembro de 2005 – USP, São Paulo.
- DALMÁCIO. Definição de montaria. Dicionário informal, Rio Grande do Norte, 2008. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/montaria/631/>. Acesso em: 13 out. 2016.
- DANTAS, Vanessa de A.; SILVA, Vicente de P. R.; COSTA, Antonio C. L.; CHAGAS, Glayson F. B. Fluxos de Calor no dossel vegetativo e infiltração de água no solo, em floresta tropical. Revista Brasileira. Eng. Agríc. Ambiental; v. 15, n.12, p.1266 – 1274, 2011.
- FÁVERO, Claudenir. Paisagens Camponesas em transformação. In: Revista Agriculturas, v. 11- n. 3, outubro 2014.
- FERREIRA, Idelvone Mendes; MENDES, Estevane de Paula Pontes. O cerrado serrado: impactos socioambientais no campo. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária “territórios em disputa: os desafios da Geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”, Uberlândia – MG, 15 a 19 de Outubro de 2012.
- FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Sandra Netz. – 2. Ed.– Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FREITAS, M. W. D. Estudo Integrado da Paisagem: abordagens complexas do espaço geográfico para o desenvolvimento sustentável. In.: Contribuições Geográficas. Org.: Felipe T. P. Torres; Ricardo de S. Dagnino; Antônio de Oliveira Jr. Ed: Geographica. 2009.Geografia Física Aplicada – 05 a 09 de setembro de 2005, Universidade de São Paulo. p. 3429 – 3438.

GOMES, Jorge Evandro Santos. Intervenção e exploração de recursos Naturais em comunidade quilombola: o caso de Abacatal. Dissertação de mestrado em agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável apresentada ao núcleo de estudos integrados sobre agricultura familiar-Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

GUALBERTO, Antônio Jorge Pantoja. Embarcações, Educação e Saberes Culturais em um Estaleiro Naval da Amazônia. Dissertação (mestrado em educação) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – da Universidade Federal do Pará. Belém, 2009.

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ. Colares: Estatística Municipal. Colares: IDESP, 2014.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ. Atualizado em SET/2016. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas\\_quadrogeral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf). Acesso em 31 de out. de 2016.

KIRSCHBAUM, Charles. Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 28, Nº 82, jun/2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. Ed. – São Paulo: Atlas/2003.

LUCENA, Felipe Pessoa de et al. Bol. Téc. Cient. CEPENE, Tamandaré - PE - v. 19, n. 1, p. 93-102, 2013.

MACHADO, Kathleem Samira da Silva. Composição florística e estrutura de uma floresta de terra firme na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amaná. Amazônia Central. Manaus: 2010.

MACIEL, Ivana Lúcia Sarmiento. O mangue como unidade geográfica de análise: o espaço de vivência e produção comunitária nos manguezais da comunidade de Jutai no município de São Caetano de Odivelas - PA. Dissertação (mestrado em geografia) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGE0 – da Universidade Federal do Pará. Belém, 2009.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. – 5. reumpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

MENDONÇA, Francisco. Geografia e Socioambiental. Revista Terra Livre, São Paulo, n. 16, p. 139-158, 1º semestre/2001.

- MENEZES, Moirah Paula Machado de; MEHLIG, Ulf. Manguezais As florestas da Amazônia costeira. *Ciência Hoje*, vol. 44, nº 264, p. 34-39, outubro de 2009.
- MESQUITA, A.G.G. Impactos das queimadas sobre o ambiente e a biodiversidade acreana. *Caminhos da Natureza*, Universidade Federal do Acre, 14 págs., 15/Mar/2010.
- MONTEIRO, C. A. F. Geossistemas: a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2000.
- NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. Impactos socioambientais da Dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia Paraense. In: *ACTA Geográfica*, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p. 63-80. 2013.
- NASCIMENTO, Benedita. Populações tradicionais e as vitrines da modernidade no percurso do desenvolvimento na Amazônia. *PRESENÇA: Revista de educação, cultura e meio ambiente- Mai.-Nº30*, Vol. IX, 2005.
- NAVAL, Rafaela et al. Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica. *Revista NERA*, Presidente Prudente, Ano 17, nº. 25, p. 147-161, Jul-dez./2014.
- OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração/ Maxwell Ferreira de Oliveira. – Catalão: UFG, 2011.72 p.: Il.
- PARÁ. Decreto nº 4.054 de 11 de maio de 2000. Cria o Programa Raízes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cpis.org.br/html/leis/pa06.htm>. Acesso em: 31 out. 2016.
- PARÁ. Fundação Cultural Do Pará. Apresentação - Oficinas Curro Velho. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/espacos-culturais/oficinas-curro-velho>. Acesso em 30 de out. de 2016.
- PASSOS, M. M. dos. Paisagem e meio ambiente (Noroeste do Paraná). Maringá: Eduem, 2013.
- PASSOS, M. M. dos. Para que serve o GTP (Geossistema – Território – Paisagem)? *Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre. pp. 1-19, 2011.
- PEREIRA, Kayo Julio Cesar et. al. Saber tradicional, agricultura e transformação da paisagem na reserva de desenvolvimento sustentável amanã, amazonas. UAKARI, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, [s.d].

PEREIRA, Kayo Julio Cesar. Agricultores (e pescadores) da Amazônia Central brasileira: racionalidades e trajetória recente dos sistemas agrícolas em duas unidades de conservação do médio Solimões, Amazonas. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 201, p. 146 – 137.

PICANÇO; Maria do Socorro Monteiro. A formação vegetal do município de São Caetano de Odivelas (PA), por meio de produtos de sensoriamento remoto. *REVISTA GEONORTE*, Edição Especial, v. 1, nº 4, p. 113 – 124, 2012.

PISSINATI, Mariza C.; ARCHELA, Rosely S. Geossistema território e paisagem método de estudo da paisagem rural sob a ótica bertrandiana. *Geografia* – v. 18, n. 1, jan./ jun. 2009 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em: <http://www.uel.br/revista/uel/index.php/geografia>. Acesso em: 23 de agost. de 2016.

POZZO, Renata Rogowski; VIDAL, Leandro Moraes. O conceito geográfico de paisagem e as representações sobre a Ilha de Santa Catarina feitas por viajantes dos séculos XVIII e XIX. *Revista Discente Expressões Geográficas*. Florianópolis, v. 06, n. 06, 2010, p. 111-131.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Miriam Gonçalves Martins GERALDO, Luiz Paulo. Avaliação das espécies de plantas *avicennia schaueriana*, *Laguncularia racemosa* e *rhizophora mangle* como Bioindicadoras de poluição por metais pesados em Ambientes de mangues. São Paulo. *Artigo técnico*, vol. 12 - Nº 4, p. 440-445, out/dez 2007.

RIBEIRO, Filho, Mario Jorge. *Paisagem e impactos socioambientais do Lago de Aleixo: um estudo sobre a percepção dos moradores do entorno*. Manaus. UFAM, 2012.

ROBERT, Pascale de; LÓPEZ GARCÉS, Cláudia; LAQUES, Anne-Elisabeth; COELHO-FERREIRA, Márlia. A beleza das roças: agrobiodiversidade Mebêngôkre-Kayapó em tempos de globalização. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 2, p. 339-369, maio-ago. 2012.

RODRIGUES, Cleide. A Teoria Geossistêmica e suas Contribuições aos Estudos Geográficos e Ambientais. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 14. USP: São Paulo, 2001, p. 69-77.

RODRIGUEZ, José M. M. e SILVA, Edson V. da. A classificação das paisagens a partir de uma visão geossistêmica. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, Havana, v. 1, n. 01, 2002.

ROSELÉM, Nathália Prado; ARCHELA, Rosely Sampaio. Geossistema, território e paisagem como método de análise geográfica. VI Seminário Latino-Americano de geografia Física II Seminário Ibero Latino-Americano de geografia Física. Universidade de Coimbra, maio de 2010.

ROSS, J. L. S. O Registro Cartográfico dos Fatos Geomorfológicos e a Questão da Taxonomia do Relevo. Revista do Departamento de Geografia, n. 6, FFLCH-USP, São Paulo, 1992.

SANTOS, C. R. G. dos. SENNA, C. do S. F. de. Análise da paisagem a partir das práticas sócio-culturais de comunidades tradicionais litorâneas em Quatipuru-Pará. Anais do XI- ENANPEGE, 2015.

SANTOS, J. P.; SILVA, F. A. (2012). Uma proposta de fomentação de desenvolvimento local: o roteiro geo-turístico em comunidades quilombolas no município de Colares-pa. Eng, 01-09

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Viviane Corrêa. Requalificação urbana da paisagem de várzea da Vila da Barca – Belém/Pará e suas consequências socioambientais. Dissertação (mestrado em geografia) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO – da Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

SCULLER, Veridiana Vizoni; RAMOS, Renata Azevedo; CRUZ, Maria Eliene Gomes. Flora fanerogâmica da floresta de tera firme na RDS Tupi. In: Capítulo 9 – Biotupé: Meio Físico, Diversidade e Sociocultural do Baixo Rio Negro, Amazônia Central – v.2. UEA Edições, Manaus, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMADS. Manguezais: educar para proteger. Rio de Janeiro: FEMAR: SEMADS, p. 96, 2001.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - SPPIR. Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas. Programa Brasil quilombola. BRASÍLIA, 2013.

SILVA, J. M. L. et. al. O Levantamento de solos de alta intensidade e mapeamento da cobertura vegetal e uso da terra do município de Colares – Estado do Pará. Belém: EMBRAPA, 1999.

SILVA, J.M.L. da; GAMA, J.R.N.F.; VALENTE, M.A.; REGO, R.S.; RODRIGUES, T.E.; SANTOS, P.L. dos; CARDOSO, JÚNIOR, E.Q.; SILVA, P.R.O. Avaliação da aptidão agrícola das terras do município de Colares – Estado do Pará. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1999. 26p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 21).

- SILVA, Katia Kayahara da; SILVA, Charlei Aparecido da. A Relação Homem-Natureza E O Entendimento Da Paisagem Da Rppn Cisalpina: Compreendendo Impactos Socioambientais A Partir Da Perspectiva Sistêmica. In: Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010, Porto Alegre. Anais eletrônicos XVIENG, Porto Alegre, 2010. p. 01-10.
- SOUSA, L. dos S.; SOUZA, R. do N. de. Sistema de abastecimento de água na comunidade quilombola Terra Amarela em Colares-PA: necessidades e desafios. Boletim Amazônico de Geografia (ISSN: 2358-7040 - on line), Belém, v. 02, n. 04, p. 61-73. jul./dez. 2015.
- SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?). Revista Escola de Enfermagem USP – 2003; 37 (2): 119 – 2C.
- TANNUS, João L.S.; ASSIS, Marco Antonio. Composição de espécies vasculares de campo sujo e campo úmido em área de cerrado, Itirapina – SP, Brasil. Revista Brasil. Bot., V.27, n.3, p.489-506, jul.-set. 2004.
- TRICART, J. Ecodinâmica. SUPREN\IBGE, Rio de Janeiro, 1977.
- TRICART, J. Paisagem e ecologia. Interfaces, São José do Rio Preto, IBILCE-UNESP,1982, 55p.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: Agricultura Familiar: realidade e perspectivas. Tedesco, João Carlos (organizador). Universidade de Passo Fundo: EDIUPF. 2. ed. 1999. p. 23.



ISBN: 978-85-9535-136-3



9 788595 351363 >